

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM SANTA CATARINA
NO LIMIAR DO SÉCULO XXI**

BEATRIZ TAMASO MIOTO

Florianópolis, março de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM SANTA CATARINA
NO LIMIAR DO SÉCULO XXI**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Beatriz Tamasso Miotto

Orientador: Prof. Dr. Lauro Mattei

Área de Pesquisa: Economia Regional

Palavras-chave: 1. Migrações Internas
2. Desigualdades Regionais
3. Santa Catarina

Florianópolis, março de 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10 à aluna Beatriz Tamaso Miotto na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lauro Mattei
Orientador

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Prof. Felipe Wolk Teixeira

*“A cidade ideal dum cachorro
Tem um poste por metro quadrado
Não tem carro, não corro, não morro
E também nunca fico apertado*

*A cidade ideal da galinha
Tem as ruas cheias de minhoca
A barriga fica tão quentinha
Que transforma o milho em pipoca*

*Atenção porque nesta cidade
Corre-se a toda velocidade
E atenção que o negócio está preto
Restaurante assando galeto*

*Mas não, mas não
O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
Fossem somente crianças
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
E os pintores e os vendedores
Fossem somente crianças*

*A cidade ideal de uma gata
É um prato de tripa fresquinha
Tem sardinha num bonde de lata
Tem alcatra no final da linha*

*Jumento é velho, velho e sabido
E por isso já está prevenido
A cidade é uma estranha senhora
Que hoje sorri e amanhã te devora*

*Atenção que o jumento é sabido
É melhor ficar bem prevenido
E olha, gata, que a tua pelica
Vai virar uma bela cuíca*

(A Cidade Ideal - Enriquez/Bardotti/Chico Buarque)

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários (precarizados ou concursados) e professores da UFSC por concretizarem meu direito de estudar numa Universidade pública. Em especial, ao professor Meurer que, além de me ensinar economia, aguçou meu senso de humor e minha disciplina laboral; e ao professor Lauro, que me orientou neste trabalho e em muitas outras coisas que fazem de sua figura uma referência para minha vida acadêmica.

Aos garotos e garotas do CALE que – independente de qualquer equívoco – sempre buscaram melhorar o curso e discutir o mundo em que vivemos. Aos meus amigos da UFSC, em especial: Aline, Amauri, Carol, Dokonal, Eduardo, Maria, Paulinha, Rafa, Sugai, Zé; e aos de fora dela, com certa predileção pelas meninas do “GARAGE”, Rita e Fer e a Lucie; da Residência Las Teresianas, Romina e Valeria; ao querido Gil; e aos meninos peculiares do Kendô e Cia.

Ao meu irmão “Zé” pelo companheirismo e pelas oportunidades (às vezes excessivas) de brincar feito criança. À Orié, pela ternura, carinho e convivência. Ao Pietro, pela “santa” paciência que teve nesses últimos tempos, por fazer parte deste trabalho e por me fazer mais feliz.

Aos meus pais por duas razões principais. Uma que não está relacionada ao “pecado” original que nos une, mas à sincera amizade construída ao longo de bons, mas ainda poucos anos de convivência. E a outra... por me colocarem em contato com o tema dessa monografia desde pequena (Campinas, Viçosa, Pinhal, Campinas, Juiz de Fora, Florianópolis, Siena, Montevideo e, novamente, Campinas). De forma especial à Regina, pelas considerações teóricas e metodológicas; e ao Carlão, pela ajuda “lingüística”.

RESUMO

MIOTO, B. T. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI**. 85f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

O tema das migrações internas é discutido a partir de diversas áreas das Ciências Sociais, sendo um dos aspectos essenciais para o estudo da dinâmica demográfica de qualquer região. Esses deslocamentos populacionais estão intrinsecamente ligados aos processos de industrialização e urbanização das escalas espaciais e são, em geral, determinados pelas desigualdades regionais. Nesse sentido, o trabalho buscou analisar os fluxos migratórios em Santa Catarina considerando a perspectiva histórica da constituição das desigualdades no estado. Essa análise está pautada na discussão do marco teórico, que considera as interpretações ortodoxas e heterodoxas para o problema, e em uma pesquisa empírica de apresentação e caracterização dos fluxos migratórios do estado no período 2000/2007. A metodologia utilizada para obtenção do Saldo Migratório foi o método indireto, com dados municipais dos Censos de 2000 e 2007 e das Estatísticas do Registro Civil do período. Os dados foram agregados conforme as Secretarias de Desenvolvimento Regional do estado, que servem de principal base analítica do trabalho. A partir disso, perceberam-se três processos centrais na dinâmica migratória de Santa Catarina: a forte expulsão de população nas regiões Oeste e Serrana; a direção precisa do fluxo com destino à faixa litorânea, que vai de Florianópolis até o Norte do estado; e a metropolização da região da Grande Florianópolis.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – <i>Participação das Regiões no Total do PIB de SC (2005)</i>	40
GRÁFICO 2 – <i>Participação dos 10 Municípios com Maior PIB no Total de SC (2005)</i>	41
GRÁFICO 3 – <i>Participação das SDR's do Oeste no Total do PIB Regional</i>	42
GRÁFICO 4 – <i>Participação das SDR's do Sul no Total do PIB Regional (2005)</i>	43
GRÁFICO 5 – <i>Participação das Grandes Regiões na População Total de SC (1991- 2000-2001)</i>	48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – <i>Saldo Migratório das Grandes Regiões Brasileiras</i>	30
TABELA 2 – <i>Taxa de Crescimento Anual das Classes de Rendimento Mensal em Santa Catarina (2001 – 2006)</i>	44
TABELA 3 – <i>Densidade Demográfica de Região Sul do Brasil (1960 – 2000)</i>	47
TABELA 4 – <i>Grau de Urbanização das sete SDR's com Maior Participação na População do Estado (1991-2000)</i>	50
TABELA 5 – <i>Grau de Urbanização das Sete SDR's com Menor Participação na População do Estado (1991-2000)</i>	50
TABELA 6 – <i>População dos Principais Municípios da SDR da Grande Florianópolis (2000/2007)</i>	53
TABELA 7 – <i>SM e TLM das SDR's da Região Oeste (2007)</i>	56
TABELA 8 – <i>SM e TLM dos Municípios da SDR de Chapecó (2007)</i>	57
TABELA 9 – <i>SM e TLM das SDR's da Região Serrana (2007)</i>	59
TABELA 10 – <i>SM e TLM das SDR's da Região Norte (2007)</i>	60
TABELA 11 – <i>SM e TLM dos Municípios da SDR da Grande Florianópolis (2007)</i> ...	62
TABELA 12 – <i>SM e TLM das SDR's da Região do Vale do Itajaí (2007)</i>	63
TABELA 13 – <i>SM e TLM dos Municípios da SDR de Blumenau (2007)</i>	64
TABELA 14 – <i>SM e TLM dos Municípios da SDR de Brusque (2007)</i>	64
TABELA 15 – <i>SM e TLM dos Municípios da SDR de Brusque (2007)</i>	65
TABELA 16 – <i>SM e TLM das SDR's da Região Oeste (2007)</i>	66
TABELA 17 – <i>SM e TLM dos Municípios da SDR de Criciúma (2007)</i>	66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – <i>Pessoal Ocupado por Setor de Atividade</i>	43
QUADRO 2 – <i>População por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização (1970 – 2000)</i>	46
QUADRO 3 – <i>Crescimento Anual das SDR's e Participação na População das SDR's no Total (2000-2007)</i>	49
QUADRO 4 – <i>Distribuição Espacial da População nos Municípios Segundo Estratos de Tamanho (1991-2000-2007)</i>	51

SUMÁRIO

<i>RESUMO</i>	<i>vi</i>
<i>LISTA DE GRÁFICOS</i>	<i>vii</i>
<i>LISTA DE TABELAS</i>	<i>viii</i>
<i>LISTA DE QUADROS</i>	<i>ix</i>
1. PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.1 Introdução	11
1.2. Objetivos	12
1.2.1. Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3. Metodologia	12
1.4. Estrutura do Trabalho	14
2. MIGRAÇÕES INTERNAS E ECONOMIA REGIONAL NUMA PERSPECTIVA TEÓRICA	16
2.1 Espaço, Desigualdades Regionais e Migrações Internas	16
2.2 A Migração Interna em Debate: aspectos teóricos	20
2.3 Uma Breve Descrição dos Movimentos Migratórios no Brasil	26
3. A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA E A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO	32
3.1 Formação Socioeconômica de Santa Catarina	32
3.1.1 A Ocupação do Território e as Primeiras Atividades Econômicas	32
3.1.2 O Processo de Industrialização em Santa Catarina	34
3.2 As disparidades regionais sob a ótica do Produto Interno Bruto de 2005	39
3.3 Uma Breve Síntese	45
4. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA E AS MIGRAÇÕES INTERNAS NO ESTADO	46
4.1 Um Olhar Sobre a Concentração da População em Santa Catarina	46
4.2 As Migrações Internas em Santa Catarina	54
4.2.1 Algumas Considerações Metodológicas	54
4.2.2 Migrações internas em Santa Catarina	56
4.3 Algumas Considerações sobre as Migrações Internas em Santa Catarina	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	<i>72</i>
<i>ANEXOS</i>	<i>75</i>

1. PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução

Estudar as migrações significa entender o processo dinâmico do movimento populacional, que tem resultado no inchaço de algumas regiões em contraposição ao esvaziamento de outras. De modo geral, esses movimentos são decorrentes da desigualdade entre regiões e, segundo Santos (2003), são uma expressão espacial dos mecanismos de modernização que se reflete frequentemente na urbanização, na favelização e na segregação do espaço – principalmente nos países da periferia do capitalismo. Este processo, como sabemos, ocorre sob a égide do modo de produção capitalista e, obviamente, é condicionado pela acumulação de capital. Estudar os movimentos migratórios é, portanto, buscar entender a produção/reprodução da sociedade no tempo e no espaço.

A investigação sobre o assunto em Santa Catarina ainda é bastante fértil, porque não há estudos recentes sobre o tema, além do fato de que a ocupação do território e estrutura produtiva se apresentam como casos peculiares em relação ao resto do país. Na ocupação, por exemplo, os imigrantes europeus que em outras regiões do Brasil se estabeleceram como mão-de-obra na produção de café assentada no latifúndio, em Santa Catarina firmaram-se em pequenas propriedades formando os núcleos coloniais. Esses núcleos coloniais posteriormente deram origem aos espaços onde hoje se concentram os parques industriais do Estado, que apresentam atividades diversificadas em localidades bem definidas.

Isto não significa, no entanto, que Santa Catarina prescinde as desigualdades estabelecidas pelo sistema capitalista em seu território, pelo contrário, os últimos vinte anos apontam para uma maior concentração do excedente em algumas regiões e, em especial, em alguns municípios. Isto também se verifica se voltarmos nosso olhar para a concentração da população no território, uma vez que as áreas que apresentam maior crescimento populacional – não relacionado ao crescimento vegetativo – são as regiões mais dinâmicas, principalmente do litoral do Estado.

Desta forma, a migração é um fenômeno multifacetado, o qual deve ser entendido e explicado dentro de um contexto dinâmico, levando-se em conta diversas áreas do conhecimento – geografia, economia, sociologia, demografia, antropologia, arquitetura, entre outras. Este trabalho atenta, sobretudo, para a questão espacial e para

economia regional, pois considera que as diferentes dinâmicas dentro de seus espaços específicos podem explicar parte dos determinantes da migração.

A partir disto podemos delimitar como objeto de pesquisa deste trabalho as migrações internas de Santa Catarina, sendo que a indagação principal que o mesmo busca responder é: quais os determinantes socioeconômicos do fluxo migratório em Santa Catarina atualmente?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral é identificar e analisar a relação entre o desenvolvimento regional (assim como suas desigualdades) e as migrações internas em Santa Catarina, visando explicar os determinantes socioeconômicos das migrações internas no Estado.

1.2.2 Objetivos Específicos

- I. Estabelecer um diálogo entre as vertentes teóricas referentes às migrações e à economia regional.
- II. Caracterizar os fluxos migratórios de Santa Catarina a partir de seus determinantes socioeconômicos.
- III. Observar, à luz do marco teórico, algumas conseqüências desse processo para o futuro de Santa Catarina em termos populacionais.

1.3. Metodologia

A pesquisa proposta neste trabalho segue os propósitos de uma investigação social que “es una forma de conocimiento que se caracteriza por la construcción de evidencia empírica elaborada a partir de la teoría aplicando reglas de procedimiento explícitas” (SAUTU et al, 2005, p.34). Para tanto, é imprescindível a articulação entre os objetivos traçados, o marco teórico escolhido e a metodologia a ser seguida. Este trabalho assenta-se numa revisão bibliográfica, onde se procura aprofundar a análise

através do debate e da apreciação das idéias, e numa pesquisa empírica, que busca representatividade numérica capaz de confrontar as apreciações teóricas com parte das expressões da realidade.

Neste sentido, o primeiro passo desta pesquisa é a construção de uma revisão teórica, que leva em conta o diálogo crítico entre as principais abordagens sobre a problemática das migrações internas e do desenvolvimento econômico regional, desde uma perspectiva macro social¹. Tal diálogo pretende ir além do entendimento das idéias, trata-se de uma opção para a análise do problema, o que implica, dependendo da escolha, conseqüências bastante diferentes. Para SAUTU et al (2005):

Al llevar implícitos los supuestos acerca de la sociedad, la teoría social, al igual que el paradigma, también influye acerca de lo que puede o no puede ser investigado, condiciona las preguntas que nos hacemos y el modo en que intentamos responderlas. (p.34)

Assume-se aqui que o problema das migrações deve ser observado a partir da abordagem que possibilite um entendimento amplo da realidade, que se mostra complexa e contraditória. Dentro dessa visão é indispensável o uso de ferramentas que permitem observar a totalidade do processo de transformação da história e do espaço de nossa sociedade. Aceita-se a proposição de Singer (1998), que diz:

Se se admite que a migração interna é um processo social, deve-se supor que ela tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Essas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura do lugar de origem de um modo diferenciado (p.52)

Considerando, portanto que as causas dos fluxos migratórios são predominantemente estruturais, também faz parte do debate teórico deste trabalho a caracterização sócio-histórica dos fluxos migratórios e da estrutura produtiva brasileira e, de forma mais minuciosa, catarinense. Desta forma, os objetivos desta discussão serão atendidos por uma pesquisa bibliográfica de cunho explicativo², ou seja, de uma

¹ Entende-se por perspectiva macro social aquela elaborada a partir da estrutura social, das sociedades, das instituições, das culturas e dos processos históricos. Outro foco de análise, não necessariamente antagônico e muitas vezes complementar é a perspectiva micro social, a qual leva em consideração as experiências individuais (SAUTU et al, 2005).

² A pesquisa explicativa segundo Gil (2002) está pautada no reconhecimento de fatores que determinam ou encadeiam e contribuem na realização de algum fenômeno, neste caso social.

investigação capaz de identificar parte dos determinantes estruturais das migrações e os principais fatores que causam este fenômeno.

Além da construção deste marco teórico é elaborada uma análise documental com fontes de dados primárias para captar a grandeza e origem/destino dos fluxos migratórios em Santa Catarina. Esta compreende a parte descritiva³ do trabalho, uma vez que busca caracterizar, descrever e analisar o fenômeno migratório do ponto de vista empírico⁴. Neste sentido é necessária a delimitação espaço-temporal do estudo, a qual abrange os municípios do Estado segundo as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) e o cálculo do saldo migratório a partir de dados do Censo de 1991 e 2000 e a contagem populacional de 2007 e das Estatísticas do Registro Civil⁵, ambos disponibilizados pelo IBGE.

Concomitante à mensuração dos fluxos populacionais é necessário observar alguns indicadores que atuam como fatores de expulsão/atração das regiões, também com o intuito de sustentar as considerações teóricas realizadas. Serão utilizados os dados do Produto Interno Bruto (PIB), pessoal ocupado por ramo de atividade e por classe de rendimento, rendimento mensal domiciliar, número de empreendimentos por setor, entre outros. Tais dados também serão obtidos através de pesquisa documental nas bases de dados do IBGE, Banco Central do Brasil, IPEA.

Por fim, para confirmar o caráter descritivo/explicativo da pesquisa, são elaboradas considerações sobre a relação entre a socioeconomia de Santa Catarina e as migrações em seu território, bem como sobre os reflexos disso para o futuro do estado.

1.4. Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No segundo capítulo é realizado um debate entre as vertentes teóricas que tratam das migrações internas e da economia regional e servirá de marco teórico para balizar a discussão dos demais capítulos. Ainda no segundo capítulo apresenta-se um panorama

³ Já a pesquisa descritiva, neste caso empírica, busca identificar e descrever as principais características de um fenômeno, possibilitando análises, comparações, classificações, etc.

⁴ A metodologia de cálculo dos Saldos Migratórios será explicitada no quarto capítulo.

⁵ Esta pesquisa disponibiliza o número de nascidos vivos registrados e o número de óbitos registrados por ano e através dela obtivemos uma aproximação do crescimento vegetativo para o período.

geral da temática em nível nacional, visando estabelecer algumas comparações no decorrer do trabalho.

O terceiro capítulo tem como objetivo discutir a formação histórica de Santa Catarina com ênfase nos principais aspectos da ocupação do território e da formação socioeconômica. Este capítulo sustenta a idéia de que o fenômeno migratório só pode ser entendido a partir do reconhecimento das estruturas que são o palco dos movimentos populacionais mais recentes.

O quarto capítulo apresenta a pesquisa empírica em relação ao fluxo populacional nos últimos anos, ou seja, uma fotografia do período capaz de captar de onde se originam os fluxos migratórios e que destino eles tomam em Santa Catarina. Esta análise nos permite realizar a segunda parte deste capítulo, que é um debate mais específico entre o marco teórico, a conformação histórica e a situação atual do Estado.

Por fim, o quinto capítulo elenca as principais conclusões possíveis do trabalho, ao mesmo tempo em que são elaboradas algumas considerações sobre o futuro de Santa Catarina, em termos populacionais.

2. MIGRAÇÕES INTERNAS E ECONOMIA REGIONAL NUMA PERSPECTIVA TEÓRICA

2.1 Espaço, Desigualdades Regionais e Migrações Internas

O tema das migrações internas é discutido a partir de diversas áreas das Ciências Sociais, em especial da economia. As principais linhas teóricas que versam sobre o assunto consideram-no dentro de um contexto mais amplo, muitas vezes ligado ao desenvolvimento econômico. Este fenômeno, por sua vez, nunca se manifestou de forma homogênea no tempo e no espaço, tanto no âmbito mundial quanto no nacional. Neste sentido, a dimensão espacial tem papel fundamental, já que ela não é apenas palco das diversas mudanças, como também interfere nas mesmas através de seus aspectos naturais, históricos, organizacionais, etc.

Corrêa (1991) vê isso a partir da organização espacial. Para ele, essa organização é fruto da necessidade humana de intervir na natureza, ou seja, no espaço em que vive. Esta relação apresenta um caráter social, também traduzido nas relações sociais de produção, sendo a organização espacial um processo de produção e reprodução do espaço através do trabalho social.

Harvey (2004) considera que a produção do espaço é “um aspecto fundamental e intrínseco da dinâmica da acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes” (p.81). Em escala global, a expansão capitalista esteve intimamente ligada às estratégias geográficas de criação de um mercado mundial, ao comércio, à criação dos Estados e, conseqüentemente, à transformação do espaço interno e externo às nações. Um fato importante da dimensão interna desse fenômeno, segundo o autor, é a criação das cidades,

Internamente, a criação de grandes cidades e a rápida urbanização fazem que cidades governem o campo (...). A urbanização concentra no espaço as forças produtivas e a força de trabalho, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de direitos de propriedade em imensas concentrações de poder político e econômico que acabam por consolidar no aparelho legal e militar da nação-Estado. As ‘forças da natureza’ tornam-se sujeitas ao controle humano à medida que sistemas de transporte e comunicação, divisões territoriais do trabalho e infra-estruturas urbanas são criados para servir o fundamento à acumulação de capital. (HARVEY, 2004, p.41)

Ao levar-se em conta o período mais recente – principalmente a partir da segunda metade do século XX – outro aspecto da produção do espaço é a concentração territorial das atividades expressa, por exemplo, na metropolização de diversas regiões e no crescimento das cidades de porte médio. Este fenômeno certamente está ligado ao forte êxodo rural, o qual tem estreitas relações com a industrialização – seja nos países desenvolvidos ou naqueles subdesenvolvidos.

Atualmente, um fator importante relatado por Benko (1996) é o papel das localidades na nova dinâmica capitalista ligada ao padrão de acumulação flexível⁶. Para o autor, nesta nova fase do capitalismo – que se expressa no modelo toyotista – as localidades exercem um papel fundamental: por um lado, alcançam um alto nível de especialização e, por outro, se encontram integradas e interdependentes, em nível global.

Também deve-se levar em conta as peculiaridades das relações entre espaço e sociedade nos países subdesenvolvidos. Para Santos (2003), as condições de progresso ou decadência das regiões periféricas são determinadas não só por uma hierarquia existente em nível nacional, mas também pelas demandas dos pólos do sistema capitalista,

Trata-se de um fenômeno cumulativo e seletivo. Como o modelo de crescimento adotado na quase totalidade do Terceiro Mundo é uma reprodução daquele dos países desenvolvidos, as modificações das estruturas locais, ao mesmo tempo que são função do centro nacional, são também induzidas pelas condições da economia mundial e por suas repercussões específicas em cada país. (p.79)

Entrelaçando essas noções, pode-se discutir o desenvolvimento e a mobilidade populacional em diferentes escalas, por exemplo, global e local. Neste sentido, a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2004) é pertinente para a análise, uma vez que coloca no centro do debate a existência de desigualdades entre os espaços. Dois são os pontos principais; a ‘produção de escalas espaciais’ e a ‘produção da diferença geográfica’. O primeiro trata da produção das diferentes escalas espaciais e como elas se inter-relacionam. Segundo o autor,

⁶ O padrão de acumulação flexível surge pelo esgotamento do rígido padrão de acumulação fordista. Este novo modelo foi capaz de sustentar a demanda de acumulação do capital através da flexibilização das relações de trabalho e de uma nova organização da produção horizontalizada, que se caracterizou, entre outras coisas, por desconcentrar espacialmente a produção.

[...] é por uma interação dinâmica com aquilo que poderíamos chamar de planos escalares de ‘processos naturais’ que os seres humanos produzem e concretizam suas próprias escalas para buscar a realização de suas metas e organizar seus comportamentos coletivos. (p.108)

A noção de produção, por conseguinte, deve refletir o fato de que as escalas espaciais são mutáveis, pois os fatores que as determinam – como a luta política, o desenvolvimento tecnológico, condições econômicas e em última instância a luta de classes – são fruto das relações humanas, que condicionam e são condicionadas pelo espaço em que se encontram. É por isso que se diz que as escalas espaciais são constantemente “redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações”. (SWYNGEDOUW, apud Harvey, 2004, p. 109).

O segundo ponto, sobre a produção da diferença geográfica, esclarece a diversidade das escalas espaciais no que diz respeito aos seus processos particulares – modos de vida, padrões de vida, formas políticas e culturais, etc. As diferenças geográficas estão obviamente ligadas ao processo histórico geográfico de cada escala espacial, mas o tempo presente tem grande força na sua determinação e, por isso mesmo, as diferenças são reconfiguradas a todo o momento. Estas mudanças, que se refletem na transformação do espaço, estão cada vez mais voláteis, principalmente diante do processo de globalização⁷.

Para Harvey (2004),

O mosaico geográfico sempre esteve em movimento, em toda e qualquer escala. Sua volatilidade contemporânea deixa no entanto a impressão disseminada mas superficial de anarquia global – em vez da operação de forças de produção sistêmicas de desenvolvimento geográfico desigual. (p.112)

O desenvolvimento geográfico desigual é, portanto, uma associação entre a mudança das escalas e a produção das diferenças geográficas. Isso nos remete a pensar que o estabelecimento de processos, tanto socioeconômicos como espaciais, advém de relações interescares e intra-escalares de espaços com diferenças geográficas. Nesse contexto, Harvey (2004) deixa claro que quando nos “aprimosamos” em apenas uma escala de pensamento – como, por exemplo, imaginar que tudo é determinado na escala

⁷ Globalização é um termo bastante controverso no âmbito das Ciências Sociais. Aqui entendemos a globalização como o processo de internacionalização produtiva, referindo-se à produção e distribuição da riqueza de forma desigual e específica em cada uma das localidades do Globo.

global – cometemos um engano. Para ele, considerar as sobreposições entre diferentes escalas, ou seja, os desenvolvimentos geográficos desiguais, é fundamental para compreender as contradições existentes no capitalismo, no processo de globalização e, com efeito, na vida humana.

Como foi salientado, a migração é um fator importante na produção/reprodução da sociedade no tempo e no espaço. Ela está ligada a diferentes escalas espaciais, sendo as diferenças geográficas determinantes importantes do fluxo de pessoas pelo território. Um foco de análise deste fenômeno poderia ser as migrações internacionais, bem como as migrações de países participantes de blocos econômicos ou mesmo as migrações internas – inter-regionais, como é o caso Nordeste/Centro Sul, ou intra-regionais, como capital/interior.

As migrações internas, particularmente, estiveram historicamente ligadas ao processo de industrialização e urbanização, sendo consequência também das desigualdades regionais nos diversos planos escalares. Para Singer, “A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização capitalista” (p.36). Neste sentido, além de observar o fluxo migratório, deve-se notar também as estruturas econômica e produtiva das regiões, as quais são inerentes ao processo de deslocamento populacional e de criação e continuação das desigualdades regionais.

Para Santos (2004),

O fenômeno das migrações aparece, portanto, estreitamente ligado ao da organização da economia e do espaço, vistos de um ponto de vista dinâmico. Essas migrações são uma resposta a situações de desequilíbrio permanente e contribuem para agravar esses desequilíbrios econômicos e espaciais, geralmente em favor de zonas já evoluídas. (p. 306)

Neste sentido, a divisão social do trabalho apresenta papel fundamental, pois além estabelecer uma especialização entre campo e cidade, constitui também uma divisão entre os núcleos urbanos. Surge assim uma divisão inter-regional do trabalho capaz de estabelecer uma relação análoga a dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos dentro de uma nação (SINGER, 1998), tendo muitas vezes como consequência a subjugação do campo à cidade e da periferia ao centro.

Portanto, o ponto central da discussão que busca travar um diálogo entre as migrações internas e a economia regional é, principalmente, a existência de grandes

desigualdades. Estas, por sua vez, não aparecem de modo independente entre si e sim como uma conseqüência do processo histórico, fortemente vinculado ao desenvolvimento do sistema capitalista no tempo e no espaço.

2.2 A Migração Interna em Debate: aspectos teóricos

O debate teórico específico sobre a migração interna ganhou força a partir da segunda metade do século XX, especialmente com a escola neoclássica. O trabalho de Ravenstein (1885), intitulado “As Leis da Migração”, foi o principal ponto de partida para a discussão. As ‘leis’ de Ravenstein que caracterizam o fenômeno migratório⁸ podem ser resumidas em três grupos.

O primeiro é predominantemente econômico e está ligado aos seguintes fatores: a) às disparidades econômicas existentes, que o autor encara como a principal causa das migrações; b) ao de êxodo rural; c) à concentração da produção, ou seja, concentração urbana; d) ao desenvolvimento econômico e ao progresso tecnológico e de transportes, sendo as migrações campo-cidade as mais importantes.

O segundo grupo apresenta as características dos grupos de migrantes, constatando que: mulheres migram mais em curta distância, enquanto os homens migram mais para lugares mais distantes; a maioria dos migrantes são adultos; e que os nativos da cidade apresentam menor propensão a migrar do que aqueles nativos do campo.

O terceiro grupo mostra as principais características do fluxo migratório, que são: a) a maior parte dos deslocamentos é de curta distância; b) os de longa distância são, predominantemente, com destino aos centros industriais e comerciais; c) as migrações ocorrem de forma escalonada⁹; d) o processo de dispersão e absorção da população apresenta características semelhantes; e) cada corrente migratória produz uma contracorrente compensadora; f) as grandes cidades crescem mais em função das migrações do que devido ao seu crescimento vegetativo.

⁸ A análise do artigo de Ravenstein é realizada com base em Arango (1985), Las “leyes de las Migraciones” de E. G. Ravenstein, Cien Años Después.

⁹ Migrações escalonadas se referem a um movimento gradual e entre cidades vizinhas, se transmitindo de uma localidade para outra. Elucidando esta questão Ravenstein diz que “Los habitantes del campo inmediatamente adyacente a una ciudad en rápido crecimiento afluirán a ésta; los vacíos dejados en la población rural son llenados por emigrantes de distritos más lejanos, hasta que la fuerza atractiva de una de nuestras rápidamente crecientes ciudades se deja sentir, paso a paso, en los más remotos rincones del reino. (RAVENSTEIN, p. 286, apud ARANGO, 1985)

Estas ‘leis’, estabelecidas a partir do estudo do Censo inglês de 1881 e depois de outros países, tinham como objetivo generalizar e caracterizar os fatores determinantes da migração, principalmente através de suas regularidades empíricas. Para Arango, Ravenstein apresenta três grandes contribuições teóricas,

(...) la detección empírica de una serie de características relativas al proceso migratorio, el predominio otorgado a las motivaciones económicas en las migraciones y el uso, por vez primera, aunque de forma implícita, del marco analítico “atracción-repulsión” (ARANGO, 1985, p.8)

Tais contribuições obviamente influenciaram o debate teórico posterior, mas o que devemos levar em conta é que diversas interpretações acerca das migrações foram tomadas de maneiras bastante distintas. As duas principais vertentes tratadas a seguir (a neoclássica e marxista), olham para a migração também como consequência das disparidades econômicas e estabelecem fatores que “expulsam” e “atraem” os migrantes de cada região, porém explicando o problema a partir de pressupostos totalmente diferentes.

A corrente neoclássica¹⁰ sustenta que a migração é consequência de uma decisão individual, que ocorre a partir de uma análise de custo/benefício, onde o migrante escolhe por partir de um lugar se o local de destino apresentar um diferencial de salário/renda positivo, ou seja, se esse deslocamento aumentar seu bem-estar.

Unindo essa perspectiva com a noção básica da questão regional, os neoclássicos afirmam que as desigualdades inter-regionais são fruto dos diferenciais da remuneração dos fatores capital e trabalho entre as regiões. A partir da idéia teórica do Equilíbrio Geral, não é difícil deduzir que a migração é um mecanismo de ajuste entre os diferentes lugares/fatores de produção e que quando a remuneração do fator trabalho supostamente for igual em todas as regiões, o problema das desigualdades estaria resolvido.

Para Arango,

(...) no se trata de una teoría ad hoc, pensada inicialmente para el fenómeno migratorio, sino una aplicación a este terreno del paradigma neoclásico, basado en principios tan conocidos como la elección racional, la maximización de la utilidad, los rendimientos netos esperados, la movilidad de factores y las diferencias salariales. (ARANGO, 2003, p.3)

¹⁰ Um trabalho clássico dessa vertente é o de Harris e Todaro (1980).

Yap (1976), em artigo que analisa a relação das migrações com crescimento econômico no Brasil, diz que “a migração intersetorial é um meio para equalização dos retornos dos fatores contribuindo, assim, para o crescimento do produto nacional (p.788)”. O estudo da autora é bastante ilustrativo dessa vertente teórica, pois elabora uma função migratória que reflete os fatores de produção (capital, mão-de-obra qualificada e mão-de-obra não qualificada) nos diferentes setores da economia (agrário, urbano moderno e urbano tradicional) justificando a migração a partir do diferencial intersetorial de salário. Neste caso, se o salário no setor urbano tradicional for maior que o salário no setor agrícola, sendo o trabalho desqualificado, haverá migração para a localidade que apresenta o maior rendimento (YAP, 1976).

Olhando nesta mesma direção, mas agora com o foco no desenvolvimento econômico, Lewis (1954 apud ARANGO, 2003) considerou as migrações como um sintoma do processo de modernização capaz de modificar a produtividade dos setores da economia e desta forma superar o atraso econômico. O autor parte do princípio que existem dois setores, o setor moderno e o setor tradicional de subsistência. Com a expansão do primeiro, a mão-de-obra excedente do segundo é atraída, sendo o fator principal de atração o nível salarial mais alto no setor moderno. Como a mão-de-obra oriunda do setor tradicional é hipoteticamente ilimitada e tem como única alternativa a migração, o setor moderno se expande sem que os salários aumentem. Neste caso, as migrações são uma condição prévia para obter-se o desenvolvimento, onde é permitido explorar o potencial de crescimento relacionado às desigualdades existentes entre os setores, sendo que neste movimento ambos os setores são beneficiados.

De forma distinta, as abordagens críticas que imperaram com mais força a partir da década de 1960 tratam a migração não do ponto de vista individual ou da equalização do fator trabalho entre as regiões, mas como um fenômeno histórico-social, dependente também das relações de produção que conformam a sociedade capitalista.

Para Singer (1998):

Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo (p.29).

Neste sentido, não se deve esquecer a idéia anterior de que a condição histórica leva em conta não só a perspectiva temporal, mas também a espacial. Por isso, volta-se olhar para a economia de uma região tendo em vista a conformação dessa economia no território, sua produção e suas peculiaridades. Um ponto central que une fortemente a migração e a economia é a concentração espacial em aglomerados urbanos. Essa questão está imbricada, obviamente, com a industrialização/desindustrialização das regiões.

A industrialização e a modernização são, portanto, pontos extremamente importantes para entender as migrações através do olhar histórico, pois elas pressupõem, além da atividade industrial, uma concentração de pessoas e serviços em um mesmo espaço. Esta concentração foi responsável também por encadear um processo de urbanização, criando novas relações entre as áreas urbanas e rurais. Mais do que isso, a industrialização causa uma alteração na divisão social do trabalho, a qual está atrelada a uma maior especialização das atividades, isto é, de uma efetiva divisão entre as atividades do campo e da cidade.

Este é o cenário do aparecimento e da reprodução das desigualdades regionais, que condicionam e são condicionadas pela acumulação de capital. É importante lembrar que o quadro institucional capitalista também é responsável pela concretização do processo de aglomeração, principalmente através de subsídios às atividades, fornecimento de infra-estrutura, controle de preços dos alimentos, etc.

Se as desigualdades são o motor das migrações, os fatores que causam esse movimento são os seus determinantes. Os fatores de expulsão determinam de que área partirá esse fluxo e podem ser de mudança ou de estagnação. Para Singer (1998), os primeiros:

[...] decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego [...] (p37).

Já os fatores de estagnação:

[...] se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (ibid, p.37).

Tais fatores de expulsão resultam de diferentes processos e a cada um deles se atribui conseqüências distintas. Os fatores de mudança decorrem da industrialização do campo, o que aumenta a produtividade do trabalho e expulsa a população desempregada destas localidades. Há, a princípio, uma redução na população absoluta, que migra massivamente do meio rural para o meio urbano.

Os fatores de estagnação, por sua vez, derivam de um esgotamento da capacidade de os agricultores aumentarem a produtividade da terra. Dado estes fatores, apenas parte da população migra – geralmente os mais jovens, ou seja, a população decorrente do crescimento vegetativo – o que resulta em uma estagnação da população ou um crescimento diminuto da mesma.

A partir do momento em que os fatores de expulsão se colocam e determinam a saída do fluxo migratório, os fatores de atração impõem ao grupo social a direção tomada, isto é, o local de destino. O principal dos fatores de destino é a demanda por força de trabalho que se traduz na oportunidade que o migrante terá de encontrar emprego nos vários setores da economia. Como é sabido, se deparar com essa oportunidade não significa, de forma alguma, sua concretização. Em tal situação, muitos migrantes acabam sendo marginalizados por não encontrarem a oportunidade esperada.

Para Singer (1998), essa marginalização não é fruto de um desequilíbrio entre a oferta e demanda por trabalho que se resolverá através do tempo ou, como coloca a abordagem neoclássica na teoria tradicional do emprego, de uma desregulamentação dos contratos de trabalho capazes de deixar as forças de mercado determinar os preços dos salários e alcançar o Pleno Emprego. Este fenômeno é inerente à industrialização capitalista, ou seja, um resultado necessário à composição do exército industrial de reserva¹¹.

No capitalismo, portanto, não há a possibilidade dos fluxos migratórios serem totalmente absorvidos pelo mercado de trabalho, pelo contrário, essa parece ser uma condição imprescindível para manutenção do sistema. Apesar disso, o autor admite um “nexo causal” entre o desemprego tecnológico no campo – e o fluxo de migrantes decorrentes desse processo – e o aumento do emprego urbano, mesmo que não haja proporcionalidade entre eles. A causa principal é que a mecanização do campo faz com

¹¹ O conceito de exército industrial de reserva foi elaborado por Marx e se refere à existência de força de trabalho que está desempregada ou parcialmente empregada, resultante da acumulação capitalista. Apesar da acumulação de capital depender do aumento do trabalho – apropriação de mais-valia – os capitalistas podem recorrer à mecanização, o que substitui os trabalhadores por máquinas e, ao mesmo tempo, aumenta a produtividade.

que essa região passe a demandar mais produtos oriundos das cidades, o que aumenta a produção, o produto global e o nível de emprego. No entanto, isso suscita além do aumento da demanda por força de trabalho, o aprofundamento das desigualdades entre as duas esferas.

Ainda dentro de uma perspectiva crítica da questão regional, Myrdal sustenta que, diferentemente da Teoria Neoclássica e dos Pólos de crescimento¹², localidades relativamente mais desenvolvidas tendem a drenar os recursos para si, e não espriar o desenvolvimento¹³. Isso culmina não apenas com a manutenção das desigualdades, mas também com sua ampliação. A migração, juntamente com o movimento de capital e o comércio, é neste contexto um fator que aumenta as desigualdades, pois desloca constantemente os recursos humanos e financeiros para as regiões, a priori, mais desenvolvidas. Em suas palavras, “A principal idéia, que desejo veicular, é que o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não diminuir as desigualdades regionais” (MYRDAL, 1968, p.51).

O autor argumenta através do processo chamado por ele de Causação Circular Acumulativa, o qual deriva de uma mudança primária em uma localidade¹⁴. Tal evento é capaz de estabelecer um ‘círculo vicioso’ em uma situação de decadência ou ascensão de uma região. Especificamente sobre as migrações o autor destaca,

Por si próprios, a migração, o movimento de capital e o comércio são antes, os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve (...). As localidades e regiões, onde a atividade econômica está se expandindo, atrairão imigração em massa de outras partes do país. Como a migração é sempre seletiva, pelo menos com respeito ao fator idade, esse movimento por si só tenderá a favorecer as comunidades de rápido crescimento e prejudicar as outras. (MYRDAL, 1968, p.53)

Como foi verificado na construção metodológica do trabalho, a análise que se sucederá deve estar pautada no debate teórico acerca do tema. Já foi visto também que a escolha do pilar que sustentará a discussão seguinte determina o modo como

¹² Perroux (1967) tem como idéia principal os pólos de crescimento e *indústrias motrizes*. Ele sustenta que o desenvolvimento econômico é desigual e que ocorre em pontos específicos do espaço. No entanto, ao inserir uma *indústria motriz* em uma determinada região – um pólo – é possível propagar o desenvolvimento para tal região, uma vez que esta empresa pode induzir o surgimento de *indústrias movidas* ao seu redor.

¹³ Cabe ressaltar que o autor pressupõe em sua formulação teórica que essas tendências são consideradas a partir do “jogo das forças de mercado” e que intervenções estatais poderiam modificar esta dinâmica.

¹⁴ O exemplo utilizado pelo autor é um incêndio em uma fábrica, onde por não ser possível restabelecê-la inicia-se um processo de desemprego, migração, diminuição da arrecadação tributária, dos serviços de atenção à sociedade, da faixa etária, etc.

abordaremos a questão e a explicação que buscamos para o fenômeno migratório. Portanto, assume-se aqui que, de modo geral, a concepção crítica sobre a migração interna, pautada nas correntes heterodoxas, é capaz de analisar o problema com mais profundidade se comparada a outras abordagens existentes.

2.3 Uma Breve Descrição dos Movimentos Migratórios no Brasil

Os movimentos migratórios no Brasil, se considerados de uma perspectiva histórica, atendem às noções anteriores de que as migrações estão estritamente ligadas ao desenvolvimento e às desigualdades regionais. Para Cunha e Bearinger (2007),

La migración en Brasil no puede analizarse sin antes reconocer que parte significativa de los desplazamientos poblacionales observados reflejan las grandes desigualdades sociales existentes en el país, sobre todo en lo relativo a los contextos regionales. (p.36)

Essas desigualdades são identificadas pela diversidade natural e cultural do país e ilustradas pelas disparidades econômicas. Tais disparidades foram mitigadas ou agravadas ao longo de nossa história, muitas vezes através da postura e interpretação do Estado sobre aos problemas socioeconômicos brasileiros.

Segundo Berquó (2005), quando tratamos dos movimentos populacionais brasileiros durante o século XX, deve-se levar em conta que,

A mobilidade espacial da população no território nacional insere-se num contexto mais amplo de transformações da sociedade em seu conjunto. Os distintos contextos históricos, econômicos, sociais, demográficos e políticos tiveram implicações nos processos de redistribuição da população e de urbanização ao longo deste século. (p. 11)

Patarra (2003) faz uma reflexão sobre longos períodos de distribuição da população e da atividade econômica do país por seu território e sustenta que a explicação das migrações se fundamenta em um tripé dos processos de desruralização, urbanização e de regionalização da sociedade brasileira. Como já foi salientado, a concentração das atividades e de força de trabalho no espaço é pressuposto para o processo de acumulação capitalista, sendo a urbanização e a desruralização da população características históricas dos países industrializados, sejam eles centrais ou periféricos.

Ao se considerar o século XX¹⁵, nota-se que os grandes processos históricos que configuraram a distribuição da população brasileira foram: a imigração européia do final do século XIX e início do XX; a industrialização, principalmente a partir da década de 1930; a expansão da fronteira agrícola; a modernização e a industrialização do campo; a crise e a parca recuperação econômica enfrentadas a partir dos anos 1980 e as conseqüências atreladas ao cenário de extrema concentração industrial no sudeste do país.

A imigração marcou contundentemente a dinâmica populacional, uma vez que foi a principal fonte de força de trabalho nas lavouras do café após o fim utilização da mão-de-obra escrava (a partir de 1890 até 1920). Concomitante a isso havia um processo de industrialização que, apesar de descontínuo e dependente da atividade cafeeira, contribuiu para o surgimento e crescimento de vários centros urbanos – principalmente no Sudeste – sede das indústrias – e no Sul – que teve papel importante no fornecimento de alimentos para o mercado interno, como veremos mais adiante.

O período a partir de 1930 é tido como um ponto de inflexão na análise, pois ocorreram diversas mudanças, tanto de ordem político-econômica interna como externas. Internamente o país, além de sofrer os impactos políticos da chamada Revolução de 30, apresenta um fortalecimento da indústria, voltada essencialmente para atender o mercado interno. Externamente, a crise de 1929 e o decorrer das Grandes Guerras contribuíram para que a economia brasileira se voltasse para dentro, já que a dinâmica econômica anterior era extremamente voltada para fora, ou seja, dependia dos mercados internacionais para exportação do café.

O movimento migratório decorrente deste cenário pós-1930 se caracteriza pelo arrefecimento da imigração européia e por uma forte migração interna com destino aos núcleos industriais que se formavam.

Para Patarra (2003),

Esse processo foi acompanhado de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, fornece mão de obra para as áreas de concentração econômica; isso foi possível porque o crescimento da população brasileira caracteriza-se, após 30, por um forte crescimento vegetativo e amplos deslocamentos populacionais rumo às cidades, que teve o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento

¹⁵ A periodização adotada neste trabalho, que está de acordo com os trabalhos de Patarra (2003) e Berquó (2005), não é a única existente no debate sobre as migrações internas no Brasil. Porém, sob nosso ponto de vista, é a que permite observar com mais clareza a relação entre os movimentos populacionais e os eventos que marcaram a dinâmica socioeconômica do país.

espacialmente concentrado, com um mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em amplos recursos naturais e na extrema pobreza da população rural. (p.18)

A década de 1950 é marcada, do ponto de vista econômico, pela internacionalização e monopolização da economia, sendo o foco principal as indústrias de bens duráveis. Este novo padrão de acumulação só foi possível pelo alcance da integração do território – fruto da integração comercial, econômica e do mercado de trabalho – que, entre outras características, teve como base a concentração espacial da indústria no sudeste do país (PATARRA, 2003).

Dentro deste contexto, os grandes fluxos migratórios se orientaram para o centro hegemônico da economia, delimitando de forma contundente as características urbano-industriais do país. Da mesma maneira, esses movimentos acarretaram intensas mudanças nas áreas rurais e suas relações com as áreas urbanas. Essas modificações vão de encontro às proposições ressaltadas anteriormente por Singer (1998), que resgata as conseqüências desse processo não só para as cidades e para o campo, mas também a relação de subordinação que se estabelece.

Além da criação de um excedente populacional no meio rural derivado da perpetuação da lógica latifundiária e da implantação de relações capitalistas de trabalho no campo, a falta de dinamismo de regiões urbanas mais atrasadas fizeram com que o fluxo migratório se dirigisse para a região Sudeste (PATARRA, 2003). Até o final dos anos 1970 esse movimento foi intenso, tanto no que se refere às migrações rural-urbanas quanto daquelas urbano-urbanas. O período de 1950 a 1980 foi caracterizado, portanto, por uma forte desruralização da população brasileira, com destaque para o fluxo saído do Nordeste em direção à região Sudeste.

A partir dos anos 1980 observam-se mudanças no padrão migratório e nas perspectivas da economia brasileira. O projeto neoliberal aplicado de forma insensata no Brasil provocou sérias conseqüências para a estrutura produtiva do país – dada à rápida abertura econômica e o despreparo de alguns setores brasileiros para se inserirem no mercado mundial. Além disso, o padrão de acumulação flexível, as novas formas de organização da produção e as mudanças no mercado de trabalho (como a terceirização e a precarização das condições de trabalho) também agravaram a situação das regiões hegemônicas e periféricas. No decorrer dessas mudanças, a economia brasileira sofreu sua maior crise realçando problemas como o desemprego, além de obter pouco crescimento.

Para Patarra (2003), “A busca do entendimento das relações entre movimentos migratórios e distribuição espacial da população, neste período, está marcada por sua relação com os efeitos simultâneos de desigualdades estruturais e conjunturais de crise” (p.29). Um aspecto importante é o surgimento de espaços alternativos para os investimentos econômicos, sugerindo a ocorrência de certa desconcentração espacial da atividade econômica.

Os anos 1980 são marcados por uma intensificação dos deslocamentos urbano-urbano e, em decorrência disso, continuou a crescer o grau de urbanização do país, aproximadamente 83% na época (CUNHA e BEARNINGER, 2007). As migrações com destino aos centros receptores históricos – São Paulo e Rio de Janeiro – apresentou um arrefecimento, devido principalmente aos efeitos da desconcentração produtiva decorrente da crise econômica, reestruturação das empresas, e diminuição do emprego nas regiões metropolitanas.¹⁶

Já os anos 1990 apresentam uma tendência demográfica importante de diminuição do ritmo da taxa de crescimento demográfico. Além da redução da fecundidade, o enfraquecimento do processo de expansão das fronteiras agrícolas reduziu em várias regiões do país o crescimento populacional. A economia no início desse período ainda buscava recuperar-se, sendo a desconcentração das atividades econômicas no espaço um fato significativo.

Para Cunha (2003) uma discussão importante e controversa desse período é a desconcentração da população, devido principalmente à suposição de desconcentração da atividade econômica. Para esse autor, o termo de Beaninger (1997) “desconcentração concentrada” é válido para a discussão, pois a desconcentração da população de algumas áreas é relativa, uma vez que implica na concentração em outras localidades.

Um fato intimamente ligado a isto é que mesmo com uma tendência a desconcentração das principais metrópoles brasileiras, outras regiões do país passaram a sofrer um processo de metropolização (CUNHA, 2003). Somente os centros tradicionais de concentração espacial, como São Paulo e Rio de Janeiro, apresentaram perda populacional, enquanto as regiões de Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Salvador, entre outras, se metropolizaram.

¹⁶ Outro movimento importante do período retratado por diversos autores é a migração de retorno, que apresentava principalmente o sentido Sudeste – Nordeste. Isso aumentou a complexidade da dinâmica migratória do país e coloca novas questões para análise, as quais estão além do alcance deste trabalho.

Sobre este assunto, Camarano e Beltrão (2000) sintetizam da seguinte forma a segunda metade do século XX,

A distribuição espacial da população brasileira é resultado de taxas de crescimento vegetativo diferenciadas e, principalmente, de movimentos migratórios. Esses movimentos neste meio século têm sido resultado de dois processos concomitantes e aparentemente contraditórios: a abertura sucessiva de novas fronteiras e a concentração progressiva da população total num determinado núcleo da região central do país [região metropolitana de São Paulo]. (p.9)

A tabela abaixo mostra os saldos migratórios das regiões brasileiras entre os anos 1970 e 2004:

TABELA 1 – Saldo Migratório das Grandes Regiões Brasileiras

Grandes Regiões	1970-1980	1981-1991	1990-2000	1999-2004
NORTE	517.570	529.790	346.321	72.948
NORDESTE	-1.776.971	-1.527.782	-1.458.814	-72.031
SUDESTE	1.677.957	990.588	1.829.259	-142.075
SUL	-961.479	-497.145	168.968	72.336
CENTRO-OESTE	542.923	504.548	659.016	227.013

Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponíveis em Bearninger e Cunha (2007)

De modo geral, isso mostra que mesmo com a crise dos anos 1980 e a desconcentração espacial da economia, a tendência secular de concentração da população continua. Neste cenário, cabe ressaltar um caso em especial, o do fluxo Nordeste – Sudeste nos anos 1990, que ao contrário das expectativas de redução se perpetuou. Para Cunha e Beaninger (2007) este fato reforça a idéia de que há uma disritmia entre a dinâmica econômica e a demográfica. Além disso, segundo Cano (1998 apud CUNHA e BEANINGER 2007), com o amadurecimento dos investimentos realizados no Nordeste e do processo de industrialização periférica que incorreu na região a capacidade de retenção da população foi afetada, principalmente nos maiores centros urbanos que antes absorviam parte das migrações que se destinariam para o Sudeste¹⁷.

O início do século XXI é marcado por uma diminuição do volume de migrações no país, em 7%. Se, por um lado, a região sudeste apresentou saldo migratório negativo, por outro houve

¹⁷ Isso nos faz refletir novamente sobre os fatores de expulsão como determinantes do fluxo migratório, uma vez que mesmo com o desaquecimento da economia no Sudeste os deslocamentos para essa região continuaram e que as possíveis causas – sejam estruturais como a seca, sejam econômicas como o esgotamento dos investimentos – estão centradas no local de origem do migrante.

um declínio considerável na perda populacional do Nordeste¹⁸. No entanto, o volume de migrantes que saem dessa região permanece grande, mostrando ainda um quadro de concentração populacional do país. A região sul, nesse contexto, confirmou a tendência de ganho de população nos anos 1990.

¹⁸ Os dados foram tirados de Cunha e Bearninger (2007), onde os autores fazem os cálculos a partir da PNAD. Para detalhes em relação a isso, ver Cunha (2006).

3. A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA E A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO

Este capítulo busca entender a formação socioeconômica de Santa Catarina e tem também como objetivo analisar as disparidades econômicas do estado em sua história recente. Tal configuração é fruto das relações que se estabelecem nas diferentes escalas espaciais – no nosso caso a escala regional e a escala nacional – e conseqüentemente de suas diferenças geográficas (HARVEY, 2004).

Nesse sentido, apresenta-se uma seção que resgata a origem e o desenvolvimento das atividades nas diversas regiões do estado e outra que ressalta as disparidades regionais. A primeira seguirá a periodização elaborada por Goularti Filho (2007) que, a nosso ver, melhor explica a formação econômica de Santa Catarina inserida no contexto da economia nacional¹⁹.

3.1 Formação Socioeconômica de Santa Catarina

3.1.1 A Ocupação do Território e as Primeiras Atividades Econômicas

Como em todo continente americano, o território catarinense antes de ser visitado e ocupado pelo homem branco já era habitado por uma população local indígena. No litoral estavam os Carijós e no interior os Xoklengs e Kaingangs (SANTOS, 2004). O primeiro contato entre esses povos ocorreu no início do século XVI, obviamente na região litorânea, em meio ao cenário das Grandes Navegações²⁰.

Até o final deste século e com a intensificação da exploração da região do Rio da Prata, os navegadores já reconheciam os “portos naturais” de São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna como ponto importante de parada. A partir do século XVII,

¹⁹ Essa abordagem é necessária porque acreditamos que Santa Catarina não apresentou um processo de industrialização autônomo ou puramente endógeno – como muitas vezes é colocado quando se fala no “modelo catarinense de desenvolvimento”. Apesar das peculiaridades em relação à acumulação de capital ou às iniciativas individuais, não devemos desconsiderar que a dinâmica do estado esteve sempre vinculada à dinâmica econômica brasileira.

²⁰ Com a caça/escravização e os diversos confrontos com o homem branco não é de se espantar que a população indígena tenha se reduzido absurdamente. Restaram apenas algumas reservas no estado que ainda enfrentam grandes problemas, como a demarcação de suas terras e a falta de seguridade social. Oriundos da miscigenação entre brancos e índios, não podemos esquecer os caboclos que conformaram parte da população catarinense e compuseram a base da força de trabalho do Planalto Serrano (GOULARTI FILHO, 2007).

especialmente após a restauração da coroa portuguesa em 1640, a região ganhou importância na defesa do território.

Segundo Silva (2004),

“As povoações localizadas em São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna, foram as bases para a conquista portuguesa do Sul. (...) Havia uma nítida preocupação de firmar posição no litoral Sul para garantir o acesso ao rio da Prata.” (p.40)

Em Florianópolis firmou-se uma importante base militar da colônia e em Laguna estabeleceu-se um entreposto comercial por onde passava o gado oriundo das planícies platinas com destino a São Paulo (LINS e MATTEI, 2001). No entanto, esse entreposto perde importância quando, no século XVIII, abre-se o caminho por terra do Rio Grande do Sul até São Paulo.

Na primeira metade do século XVIII Portugal, ainda com o propósito de defender o território, decide colonizar o litoral. A saída encontrada foi a emigração de açorianos, uma vez que o arquipélago português apresentava grandes problemas ligados à densidade demográfica. As principais atividades dessa população em território brasileiro estavam relacionadas à agricultura e à pesca²¹, formando uma economia baseada na pequena propriedade de subsistência.

Segundo Santos (2004) os açorianos foram

“Sujeitos às decisões dos governadores militares e às contingências de momentâneos interesses políticos, os açorianos na realidade passaram a desempenhar o papel que se lhes atribuía: a de servirem de infra-estrutura aos projetos expansionistas de Portugal” (p. 50)

Diferentemente do litoral do estado, o Planalto Serrano foi colonizado ao integrar-se à economia pecuária. A partir disso, a região integra-se também à economia nacional, uma vez que Minas Gerais, agora centro dinâmico da economia colonial com o ciclo do ouro, demandava meios de transporte para o fornecimento de bens de primeira necessidade. Tal abastecimento vinha, principalmente, da região rio-grandense do país e o caminho aberto por terra, que passava pelo Planalto Serrano, permitiu a intensificação do comércio da região.

Para Furtado (2000),

²¹ A agricultura era baseada na produção de mandioca, farinha, melado, cachaça, arroz e café. A principal atividade pesqueira era a pesca da baleia, a qual visava atender a demanda do Sudeste pelo óleo da baleia para iluminação.

A região rio-grandense, onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira. Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. (...) Deste modo, a economia mineira, por meio de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país. (p.80)

Apesar da região Serrana ter se articulado com o Sul do país, o litoral e o interior do estado não apresentavam forte ligação. Lages – que passou a ser além de entreposto comercial uma região produtora de gado – foi fundada em 1771, enquanto a primeira ligação com Desterro (Florianópolis) se deu apenas em 1788. Isso caracterizou o estado como um “sistema econômico de subsistência marcadamente desintegrado e assentado, na faixa litorânea, no binômio pesca-produção de gêneros alimentícios básicos e, no planalto sul, na pecuária extensiva” (LINS e MATTEI, 2001).

O início do século XIX é marcado pela imigração européia em todo o país. Para Santa Catarina esse movimento deu início a uma nova etapa da colonização e, conseqüentemente, da ocupação do território. No entanto, a aceleração do fluxo de imigrantes europeus ocorreu apenas no final do século (pós-1875), através do aumento do financiamento do governo. Como será visto na seção seguinte, esse movimento ocorreu de forma peculiar, tanto em relação às características da população quanto em relação às atividades econômicas desenvolvidas nas diversas regiões.

3.1.2 O Processo de Industrialização em Santa Catarina

Como foi salientado na abertura do capítulo, a periodização adotada como guia para analisar o processo de industrialização catarinense é a de Goularti Filho (2007). O autor delimita os períodos com base no padrão de crescimento do estado, vinculado obviamente com a economia nacional²².

O primeiro período configura a origem e crescimento do capital industrial e vai de 1880 até 1945. Do ponto de vista populacional, o que marcou esses anos foi a imigração européia e a ocupação do Oeste catarinense. Como conseqüência do tipo de colonização e ocupação do território se consolidou um padrão de crescimento baseado

²² O autor tem como referência a periodização da economia brasileira utilizada por Cardoso de Mello, Tavares e Cano. De modo geral, os períodos são: 1880-1933 nascimento e consolidação do capital industrial; 1933-1955 industrialização restringida; 1956-1962 industrialização pesada; e 1967-1980 industrialização pesada com internalização completa da Segunda Revolução Industrial.

na pequena propriedade (exceto nos campos de Lages) e no capital mercantil, o que imprimiu ao estado uma formação econômica peculiar, com uma acumulação pulverizada de capital. Além dessa capacidade interna de acumulação, a articulação com a economia nacional – especialmente após a construção da estrada de ferro São Paulo Rio Grande do Sul²³ – deu grande impulso para a consolidação do capital industrial.

Para Goularti filho,

Podemos concluir que a metamorfose do capital em Santa Catarina cumpriu sua função dinâmica. Da pequena produção mercantil, do sistema colônia-venda, desdobrou-se para o capital industrial ou agroindustrial. Sendo assim, o espaço para investimentos de fora no intuito de romper com o atraso, como se deu em alguns Estados brasileiros, não foi necessário em Santa Catarina, pelo menos até o final da década de 1960. O espaço foi preenchido, em larga medida, pelo capital local que se integrou ao mercado regional e nacional, a exceção foi no setor de papel e celulose. (2007, p.163)

A imigração européia ditou o ritmo de crescimento demográfico do período, principalmente com a chegada dos alemães e italianos. Além disso, esses imigrantes foram responsáveis por diversificar a economia existente através do comércio e das atividades artesanais, tradicionais do seu lugar de origem. De forma geral, os alemães se estabeleceram no Vale do Itajaí e no Norte e os italianos foram em direção ao Sul do estado²⁴.

Já o Oeste barriga-verde foi ocupado a partir de 1917 por um fluxo originário do Rio Grande do Sul²⁵. Os colonos, na sua maioria ítalo brasileiros, se deslocaram por causa de um pressão demográfica na região de origem. Para Goularti Filho (2007), “a ocupação do oeste catarinense, que se estendeu até os anos 1950, faz parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil (...)” (p.79).

As principais atividades econômicas do período foram a erva-mate, o carvão, as indústrias madeireira, têxtil e de alimentos e o tropeirismo. O desenvolvimento das

²³ A construção da estrada de ferro foi um dos pontos de maior conflito da Guerra do Contestado. A empresa responsável pela obra, a Lumber inglesa, expropriou inúmeros posseiros sem qualquer contrapartida. Nesse contexto, sem terras e em meio à disputa entre Paraná e Santa Catarina pelas terras da região, os sertanejos se revoltaram.

²⁴ As bases que sustentavam a imigração eram o financiamento governamental, as terras existentes e as companhias colonizadoras. No entanto, quando se tratava de terras no interior do estado, que até então não eram colonizadas, os imigrantes enfrentavam grandes problemas como o conflito com a população indígena local. Esse conflito era motivado principalmente pela terra e acabou no extermínio da maioria dos indígenas dessas regiões.

²⁵ A chamada conquista do oeste se deu com a resolução dos conflitos de demarcação de terras entre Paraná e Santa Catarina. Após a “Questão de Palmas”, o fim da Guerra do Contestado abriu as portas para essa grande ocupação.

atividades artesanais expandiu, sobretudo, os setores madeireiro – das regiões do Planalto Norte, Vale do Rio do Peixe, Oeste e Serrana – e têxtil – no Vale do Itajaí e Norte. O primeiro teve como ponto de partida a abundância de reservas florestais (araucária), enquanto o segundo se desenvolveu principalmente pelo desempenho da pequena produção mercantil e a facilidade de cópia do maquinário trazido pelos migrantes do país de origem.

O carvão, responsável pela dinâmica do Sul do estado, apresentou seu ápice a partir da década de 1930, com a política de obrigatoriedade do consumo de carvão nacional do primeiro governo Vargas. A indústria de alimentos teve maior expressão no Oeste do estado e inicialmente estava ligada à pequena propriedade. Para Goularti Filho (2007), a madeira foi a responsável pela acumulação capitalista da região até os anos 1950, sendo a agricultura mais localizada até a expansão do mercado nacional.

Nesse sentido, o desenvolvimento da indústria catarinense não seria possível sem o aumento da demanda nacional, principalmente a partir de 1915 com desenvolvimento da economia cafeeira. Como já foi destacado, o crescimento da economia do país era acompanhado por forte urbanização, ou seja, acréscimo na demanda por bens de assalariados²⁶ (alimentos e têxteis) e da construção civil (madeira).

Somando-se o impulso recebido pela expansão do mercado nacional à estrutura produtiva razoavelmente variada, abre-se em Santa Catarina uma fase de diversificação e ampliação da base produtiva que se dá entre 1945 e 1962²⁷. Os setores tradicionais de madeira, carvão, alimentos e têxteis se expandem, enquanto surgem novas indústrias como a de cerâmica, a de papel, papelão e pasta mecânica e a metal-mecânica. É nesse contexto que o capital mercantil se metamorfoseia para o capital industrial, gerando um novo alcance para a acumulação e concentração de capital no estado:

Numa perspectiva estadual, a acumulação agrária-extrativista-mercantil desdobrou-se no capital industrial e agroindustrial. A acumulação promovida pelas atividades madeireiras no oeste do Estado transbordou para outros setores e promoveu microacumulações que se desdobraram nas atividades alimentares, com o surgimento de inúmeros moinhos e frigoríficos que absorviam a renda gerada pelas atividades extrativista-vegetal-mercantil. Em Blumenau, no início da colônia, as atividades madeireiras e agrícolas

²⁶ A agroindústria do oeste catarinense se desenvolveu entre os anos 1930 e 1955. Houve uma diversificação agrícola, aumentando a produção destinada ao mercado nacional. É o início da subordinação do capital mercantil pelo capital industrial.

²⁷ No Brasil esse processo se dá a partir de 1930. Goularti Filho (2007) atribui como causa desse “atraso” a baixa capacidade de acumulação e a desintegração econômica existentes em Santa Catarina.

também foram fundamentais para gerar renda na hinterland do núcleo colonial. Em Joaçaba, as atividades agrárias mantinham as atividades manufatureiras que produziam equipamentos e ferramentas para serem utilizados na agricultura. No sul do Estado, a acumulação promovida pelas atividades carbonífera desdobrou-se no processo de diversificação produtiva que se engendrou a partir dos anos 1960. Mesmo não tendo uma relação direta com o carvão, as indústrias cerâmicas, do vestuário e de calçados são frutos deste transbordamento de acumulação. Estas novas atividades em Criciúma absorviam a renda gerada pelas atividades extrativista-mineral-mercantil. Na região de Joinville as atividades ervateiras inicialmente cumpriram este papel de fomentarem várias pequenas atividades artesanais, comerciais e manufatureiras. A renda gerada pelas atividades de beneficiamento e transporte da erva-mate mantinha, em boa medida, o pequeno comércio e a pequena indústria local (funilaria, ferraria, serralharia e têxtil). Portanto, podemos afirmar que em Santa Catarina o capital extrativista-mercantil inicialmente promoveu uma acumulação que se desdobrou no capital industrial e agroindustrial. É o capital dentro do movimento temporal, metamorfoseando-se do mercantil para o industrial. (GOULARTI FILHO, 2007, p.163)

O próximo período (1962 a 1990) fortalece a integração e consolidação do capital industrial. Esse longo período é marcado pela forte participação do Estado, principalmente até o final dos anos 1970. Essa tendência é consoante com a política nacional, vinculada em especial à realização do II PND e seus grandes volumes de investimento. As políticas em nível estadual também eram de cunho desenvolvimentista com a realização de planos econômicos que visavam, principalmente, a correção dos problemas relacionados à infra-estrutura (energia, transporte, etc.)²⁸.

A década 1970 foi de crescimento expressivo, tanto no plano nacional como no regional, enquanto os anos 1980 foram marcados pela crise da economia brasileira em geral²⁹. Apesar de ter as taxas de crescimento reduzidas, o estado apresentou crescimento acima da média nacional. Isso foi reflexo não apenas do amadurecimento dos investimentos realizados na década anterior, mas também da diversificação

²⁸ Os problemas relacionados à infra-estrutura no estado já estavam presentes desde o período da diversificação e ampliação da base produtiva (1945-1962) e justificam parte da desintegração interna da economia catarinense. Para Lins e Mattei, em Santa Catarina “[...], tomou forma um sistema econômico que não se integrou ao nível do estado, mas que, ao contrário, desenvolveu uma dinâmica de interligação entre as cidades-pólo regionais e outros estados do país. [...] O resultado é que, até bem recentemente, não se notava uma integração mais efetiva entre as várias regiões do estado, seja em termos comerciais, produtivos ou mesmo rodoviários” (2001, p.3)

²⁹ A crise da década de 1980 está ligada às crises do petróleo e ao aumento das taxas de juros internacionais. Essas determinações externas à economia brasileira fizeram deflagrar uma crise da dívida, que além de quebrar o país foi responsável pela mudança na orientação da política econômica. De um Estado desenvolvimentista, responsável por grandes investimentos, caminha-se para um Estado de cunho neoliberal que se mostrará principalmente a partir dos anos 1990.

produtiva experimentada pelo estado que garantiu a presença de setores que não foram atingidos tão fortemente pela crise. Cabe ressaltar, no entanto, que a metade dos anos 1980 foi crucial para a região sul do estado, uma vez que em 1986 iniciou-se o “desmonte do aparato estatal pró-carvão” (GOULARTI FILHO, 2007, p.295), que foi sentido fortemente na entrada dos anos 1990.

A próxima fase de grande importância para economia catarinense é a da reestruturação produtiva, que ocorre a partir de mudanças na conduta das políticas econômicas nacionais. De um lado, havia a crise fiscal e financeira do Estado e, de outro, um cenário neoliberal traduzido, sobretudo, na abertura econômica³⁰. Além de uma reestruturação produtiva - que acompanhava as novas tendências de flexibilização como o enxugamento, desverticalização e terceirização da produção – houve também uma reestruturação patrimonial que culminou, entre outras coisas, na desnacionalização parcial do complexo agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2007, p.333).

Essa reestruturação produtiva e patrimonial que ocorreu a partir dos anos 1990 apresentou grandes conseqüências para as regiões do estado, mas em especial para o Sul e o Oeste de Santa Catarina. No primeiro caso, o desmonte parcial do complexo carbonífero acarretou forte diminuição no nível de emprego e renda da região – que só não foi maior pela diversificação alcançada até o final dos anos 1970 com a indústria cerâmica, de plástico e de calçados.

Já no segundo caso, as reestruturações foram responsáveis por um novo padrão de produção e de exigências tecnológicas para a produção agropecuária. Esse novo padrão trouxe novas relações de integração entre os pequenos produtores e as grandes empresas. A principal conseqüência desse novo padrão para a região foi, ademais do aumento da produtividade, a diminuição do número de suinocultores e avicultores integrados e uma relação de maior dependência entre os que restaram e as empresas. Como se verá mais adiante, os agricultores que não se inserem nessa produção ou não conseguem manter as pequenas propriedades têm, frequentemente, migrado em direção aos centros urbanos – tanto aos que se encontram em sua própria região, quanto aos que se configuram como pólos de atração estadual.

A seção que segue busca complementar a análise da industrialização do estado dando um panorama geral da economia catarinense na atualidade. Além disso, através

³⁰ A abertura econômica afetou de forma mais contundente os setores que dependiam de incentivos à exportação ou apresentam protecionismo em relação às importações. Eram principalmente as indústrias que passaram a concorrer com o mercado mundial, como a têxtil-vestuarista, a de calçados e a cerâmica no sul e a indústria bens de capital no norte.

dessa breve explanação, tenta encontrar os aspectos mais fortes das desigualdades econômicas presentes no estado.

3.2 As disparidades regionais sob a ótica do Produto Interno Bruto de 2005

As desigualdades existentes entre as regiões são expressas de diversas formas, sejam elas históricas, socioeconômicas ou culturais. Do ponto de vista econômico, elas estão relacionadas à produção de bens e serviços, à arrecadação de tributos, ao diferencial de remuneração, ao nível de emprego, à rentabilidade dos setores, etc. Como o objetivo do trabalho é relacionar as migrações internas aos seus aspectos e desigualdades econômicas, é realizada uma breve análise do PIB das SDR's do estado em 2005, cujo papel é a observação da concentração espacial da produção no estado.

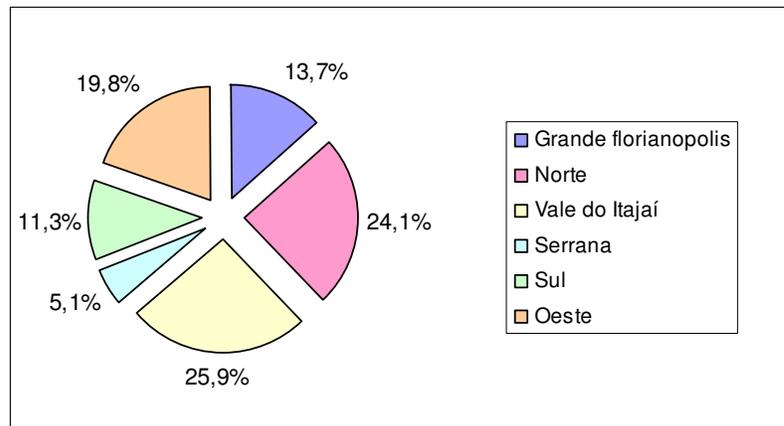
Dessa forma, agrupou-se os 293 municípios do estado em 6 grandes regiões com as seguintes Secretarias de Desenvolvimento Regional³¹:

- Oeste com as SDR's de Chapecó, Caçador, Concórdia, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Joaçaba, Maravilha, Palmitos, Quilombo, São Lourenço D'Oeste, São Miguel D'Oeste, Seara Videira e Xanxerê.
- Planalto Serrano com as SDR's de Lages, Campos Novos, Curitibanos e São Joaquim.
- Sul com as SDR's de Aranguá, Braço do Norte, Criciúma, Laguna e Tubarão.
- Vale do Itajaí com as SDR's de Itajaí, Blumenau, Brusque, Ibirama, Ituporanga, Rio do Sul, Taió e Timbó.
- Norte com as SDR's de Canoinhas, Joinville, Jaraguá do Sul e Mafra.
- Grande Florianópolis com as SDR também denominada Grande Florianópolis.

A participação dessas grandes regiões no PIB do estado está ilustrada no gráfico a seguir:

³¹ O trabalho utiliza como referência de agrupamento das SDR's as seis mesorregiões estabelecidas pelo IBGE. Os 293 municípios, por sua vez, estão agrupados em 36 SDR's, conforme divulgado pelo governo do estado no sítio www.sc.gov.br.

GRÁFICO 1 – Participação das Regiões no Total do PIB de SC (2005)

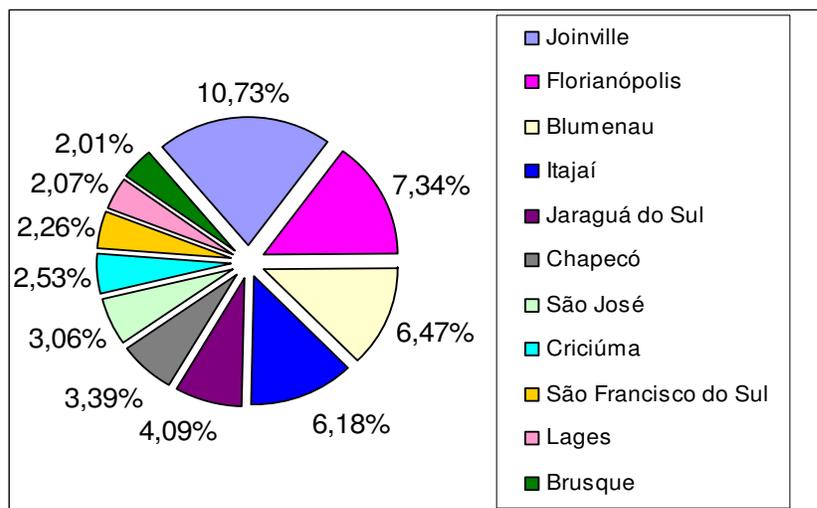


Fonte: elaboração própria a partir do PIB municipal - Contas Nacionais/IBGE

Juntas as regiões Norte e Vale do Itajaí representam mais que a metade do total da produção do estado e ao somar a elas a grande Florianópolis – menor região se considerado a extensão territorial – temos 63,69% do PIB. Isso indica uma considerável concentração da produção na porção leste do estado, em especial no litoral Norte. Além da presença forte da indústria metal-mecânica e têxtil, os portos de Itajaí e São Francisco do Sul junto à malha rodoviária da BR-101 dão grande dinamismo às regiões.

Para evidenciar essa questão, observa-se que dentre os dez municípios com maior participação no PIB do estado três são da região Norte (Joinville, Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul), três do Vale do Itajaí (Blumenau, Itajaí e Brusque) e dois da Grande Florianópolis (Florianópolis e São José). Na Grande Florianópolis as atividades mais destacadas estão ligadas à administração pública e ao turismo na capital e às industriais em São José. O gráfico abaixo apresenta os dez municípios de maior PIB do estado, que juntos representam 50,12% do total.

GRÁFICO 2 – Participação dos 10 Municípios com Maior PIB no Total de SC (2005)



Fonte: elaboração própria a partir do PIB municipal - Contas Nacionais/IBGE

Esse cenário mostra não apenas uma concentração em determinadas regiões, como também em municípios e SDR's específicas, o que coloca em pauta as desigualdades existentes dentro de níveis territoriais menores. O caso da região Serrana é elucidativo dessa questão, uma vez que, dado à estagnação econômica da região após o fim da intensa atividade madeireira, o PIB se concentra na SDR de Lages com 59,6% e dentro da SDR no município de Lages, com 67,6% do PIB. Como se verá mais adiante, a região serrana é responsável por uma parcela grande da migração do estado no decorrer dos anos 2000.

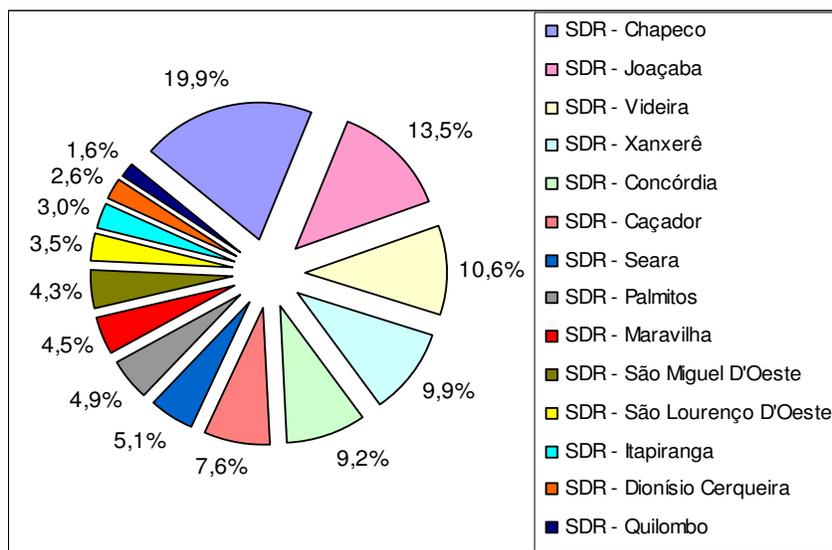
Outra região que merece destaque é a Oeste que apresenta o maior número de municípios do estado e tem em cinco deles – Caçador, Concórdia, Chapecó, Joaçaba e Videira – 41% do total do PIB. Como foi ressaltado anteriormente, a economia da região é baseada na agropecuária, o que inclui a produção de insumos para a atividade pecuária, especialmente, soja e milho. Diante da modernização e reestruturação das principais indústrias de grande capital e mesmo com o sucesso econômico do complexo agroindustrial, essa também se tornou uma região expulsora de população.

Ao se considerar as mesorregiões delimitadas pelo IBGE e tomado os dados dos Censos Agropecuários de 1996 e de 2006, nota-se que houve uma diminuição do número de estabelecimentos agropecuários do Oeste (de 88.279 em 1996 para 82.337 em 2006) e também do número de pessoal ocupado em tais estabelecimentos (de 322.193 em 1996 para 249.008 em 2006). Isso significa uma taxa média de crescimento

anual de -0,69 para o número de estabelecimentos e -2,54 para o pessoal ocupado, ambos acima das médias do estado de, respectivamente, -0,44 e -2,33.

A participação das SDR's no PIB da região oeste é observada no gráfico a seguir:

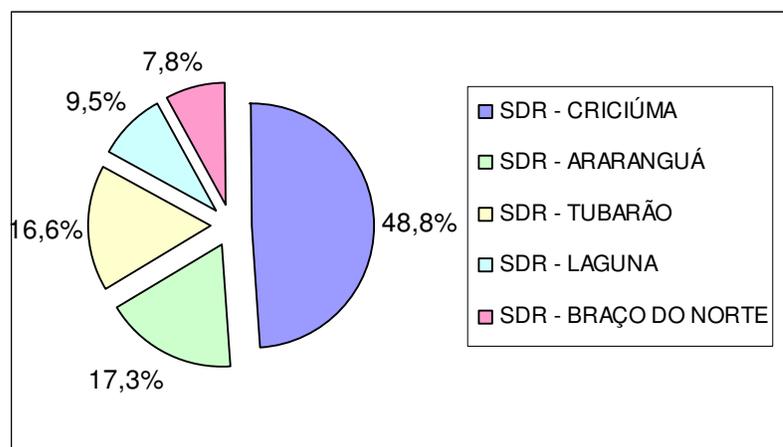
GRÁFICO 3 – Participação das SDR's do Oeste no Total do PIB Regional



Fonte: elaboração própria a partir do PIB municipal - Contas Nacionais/IBGE

O Sul do estado é conhecido também pela diversificação das atividades produtivas. A SDR de Criciúma se destaca pela indústria cerâmica e seus componentes químicos; pela indústria do vestuário, em especial, a confecção de Jeans; e pelas indústrias de plásticos descartáveis. As demais atividades da região são a fumageira carvão, que está em forte declínio desde a metade dos anos 1980. O gráfico abaixo mostra a participação do PIB de cada SDR no total da região:

GRÁFICO 4 – Participação das SDR's do Sul no Total do PIB Regional (2005)



Fonte: elaboração própria a partir do PIB municipal - Contas Nacionais/IBGE

De forma geral, Santa Catarina apresentou um bom desempenho econômico nos primeiros anos do século XXI. Isso ocorreu não só pela diversificação de atividades que possui como também por um cenário internacional favorável – principalmente no que diz respeito às exportações – e um cenário nacional de maior estabilidade que os anos precedentes. A tabela abaixo apresenta o pessoal ocupado por ramos de atividade entre 2001 e 2005:

QUADRO 1 – Pessoal Ocupado por Setor de Atividade

Setores*	2001	2002	2003	2004	2005	Tx cresc anual
A	18.428	19.202	19.932	19.362	19.067	0,86
B	1.105	1.204	1.320	1.276	1.151	1,02
C	5.771	5.945	5.704	6.172	7.243	5,84
D	469.213	513.095	536.345	496.920	522.129	2,71
E	11.826	11.741	10.874	11.988	12.586	1,57
F	48.706	47.573	47.722	47.326	62.498	6,43
G	311.642	334.539	350.094	366.295	399.120	6,38
H	55.185	58.562	61.303	63.574	69.050	5,76
I	62.977	65.105	68.976	65.908	68.197	2,01
J	11.765	10.637	11.036	9.729	10.062	-3,83
K	120.359	137.795	149.153	130.475	139.305	3,72
L	153.715	203.262	215.112	213.503	185.437	4,80
M	39.840	43.656	38.597	47.916	51.183	6,46
N	26.437	27.782	29.664	30.261	33.109	5,79
O	49.101	59.431	65.564	64.929	68.327	8,61
TOTAL	1.386.070	1.539.529	1.611.396	1.575.634	1.648.464	4,43

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Cadastro Central das Empresas - IBGE

*A - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; B - Pesca; C - Indústrias extrativas; D - Indústrias de transformação; E - Produção e distribuição de eletricidade, gás e água; F - Construção; G - Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; H - Alojamento e alimentação; I - Transporte, armazenagem e comunicações; J - Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados; K - Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; L - Administração pública, defesa e seguridade social; M - Educação; N - Saúde e serviços sociais; O - Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Fica claro que apesar da taxa de crescimento da ocupação no setor da indústria de transformação não ser o maior, o volume de postos de trabalho³² criados foi significativo, sendo o setor que mais emprega em todo o estado. Também chama a atenção o baixo nível de crescimento das pessoas ocupadas na agricultura, o que corrobora com a tese da modernização agrícola ter aumentado a produtividade sem aumentar na mesma proporção os postos de trabalho.

Outro fato importante é que, para o mesmo período, a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu mais que o crescimento total de postos de trabalho dos setores, 5,8% e 4,43% respectivamente³³. Isso mostra que o crescimento das pessoas que estão buscando ocupação é maior do que o crescimento dos postos de trabalho oferecidos pelos setores.

Quanto ao rendimento, nota-se que apesar do rendimento médio mensal em 2005 ter sido de R\$ 881,00, ao avaliar-se a ocupação por classe de rendimentos verifica-se que o crescimento do número de pessoas ocupadas que recebem de ½ a 1 salário mínimo é o maior se comparado a todas as faixas de rendimento. Isso se verifica na tabela a seguir:

TABELA 2 – Taxa de Crescimento Anual das Classes de Rendimento Mensal em Santa Catarina (2001 – 2006)

Classes de rendimento mensal	Tx. cresc. Anual (%)
Até 1/2 salário mínimo	5,27
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	14,25
Mais de 1 a 2 salários mínimos	8,08
Mais de 2 a 3 salários mínimos	-1,22
Mais de 3 a 5 salários mínimos	-3,96
Mais de 5 a 10 salários mínimos	3,66
Mais de 10 a 20 salários mínimos	-8,20
Mais de 20 salários mínimos	-4,30
TOTAL	3,78

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD – IBGE

³² Devemos deixar claro que aumentos no número de postos não significam uma maior formalização do mercado, visto que nesses dados estão incluídos outras categorias de ocupação.

³³ Os cálculos da PEA foram realizados a partir dos dados anuais por Unidade da Federação disponibilizados pelo IBGE na PNAD.

3.3 Uma Breve Síntese

Constatou-se ao longo deste capítulo que, desde sua formação socioeconômica até os dias atuais, Santa Catarina é um estado que apresenta forte heterogeneidade em relação às suas atividades econômicas. Além disso, essas atividades encontram-se dispersas no território, caracterizando especificamente cada região.

No entanto, apesar do espraiamento das atividades no espaço, a análise do PIB de 2005 das SDR's mostra que, deste ponto de vista, o estado apresenta uma concentração da produção em determinadas regiões. Do mesmo modo, ao se desmembrar os dados para os municípios pertencentes a cada SDR, a desigualdade é ainda maior.

Nesse sentido vale à pena lembrar que as regiões Norte, Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis detêm 63,69% do PIB do estado. Entre os municípios de maior PIB estão Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Blumenau e Florianópolis que representam quase 34,80%, confirmando uma concentração no interior das regiões. Isso é ainda mais explícito ao se observar as regiões de menor participação no PIB estadual, onde no Planalto Serrano o município de Lages é responsável por 40,28% do PIB regional. No Oeste – maior região em termos territoriais e de número de municípios – Chapecó detém 17,08% do PIB.

O breve panorama da economia catarinense apresentado balizará a discussão do próximo capítulo em relação aos aspectos econômicos que fazem parte dos determinantes das migrações internas no estado. Isso não significa, no entanto, que o fenômeno apresenta apenas o recorte econômico, traduzido na avaliação PIB.

4. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA E AS MIGRAÇÕES INTERNAS NO ESTADO

Este capítulo discute os aspectos demográficos mais recentes de Santa Catarina, em especial, a migração. A primeira seção foca as características gerais do estado, destacando a concentração espacial da população, enquanto a segunda discute as migrações internas entre os anos 2000 e 2007 nas trinta e seis Secretarias de Desenvolvimento Regional do estado.

4.1 Um Olhar Sobre a Concentração da População em Santa Catarina

Desde a segunda metade do século XX, Santa Catarina tem experimentado uma queda no ritmo de crescimento populacional e, em contrapartida, um forte crescimento em seu grau de urbanização. Isso se deu, particularmente, após o esgotamento da ocupação da fronteira agrícola, o que colocou em debate a relevância dos movimentos populacionais internos, principalmente dos deslocamentos rural-urbano. A forte evasão da população rural pode ser evidenciada através de taxas anuais de crescimento geométrico negativas que persistiram nos últimos 40 anos.

A tabela abaixo mostra o crescimento da população urbana e rural do estado, bem como o grau de urbanização de Santa Catarina entre 1970 e 2007.

QUADRO 2 – População por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização (1970 – 2000)

População residente	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Urbana	1.247.158	2.154.250	3.208.537	4.217.763
Rural	1.654.502	1.474.042	1.333.457	1.140.100
Total	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.357.863
Grau de urbanização	42,98%	59,37%	70,64%	78,72%
Taxas de crescimento	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2007
Urbana	5,62	3,69	3,09	-
Rural	-1,15	-0,91	-1,73	-
Total	2,26	2,06	1,85	1,31

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos e Contagem da População 2007 – IBGE

Como se observa, o grau de urbanização do estado passa de 42,98% em 1970, para 78,72% no ano 2000. Isso indica uma forte desruralização da população, em grande

medida condicionada pelo processo de industrialização do estado³⁴. As taxas negativas de crescimento da população rural também podem ser entendidas a partir deste processo, tomando-se como referência o período de 1991 a 2000 (com taxa de crescimento de -1,73%), que corresponde aos anos de reestruturação produtiva e patrimonial das empresas do estado e de forte êxodo rural³⁵.

Outro indicador que mostra a dimensão do nível de ocupação do território é a densidade demográfica (habitante por quilômetro quadrado) da região. Para a região Sul do país, Santa Catarina e Paraná apresentaram os maiores níveis de densidade do período (1960 a 2000). Entretanto, a partir de 1991 o crescimento do indicador em Santa Catarina foi sensivelmente maior. Isso colocou o estado como o de maior densidade demográfica da região, provando que o mesmo sofre um forte processo de ocupação de seu território, seja pelo crescimento de sua população seja pela forte migração inter-regional e interestadual³⁶. A tabela abaixo mostra a densidade demográfica dos estados da região sul do país entre 1960 e 2000:

TABELA 3 – Densidade Demográfica de Região Sul do Brasil (1960 – 2000)

Densidade Demográfica (Hab/ Km²)			
Ano	PR	SC	RG
1960	21,56	22,53	19,34
1970	35,11	30,75	23,98
1980	38,89	38,70	28,19
1991	42,37	47,63	32,43
2000	47,96	56,14	36,14

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos – IBGE

Na segunda metade do século XX desenvolveu-se, portanto, não só um forte processo de desruralização/urbanização, mas também um movimento de concentração espacial da população em determinados centros urbanos. Isso quer dizer que ademais de uma diminuição da população rural, tivemos uma distribuição espacial particular, isto é,

³⁴ É importante lembrar que o processo de industrialização capitalista depende fortemente da concentração das atividades e pessoas no território e que os anos que consolidaram a indústria no estado estão atrelados ao maior crescimento no grau de urbanização. Dos anos 1960 até os anos 1990 esse grau passa de 37,44% para 74,12%, caracterizando o perfil demográfico do estado como fortemente urbanizado.

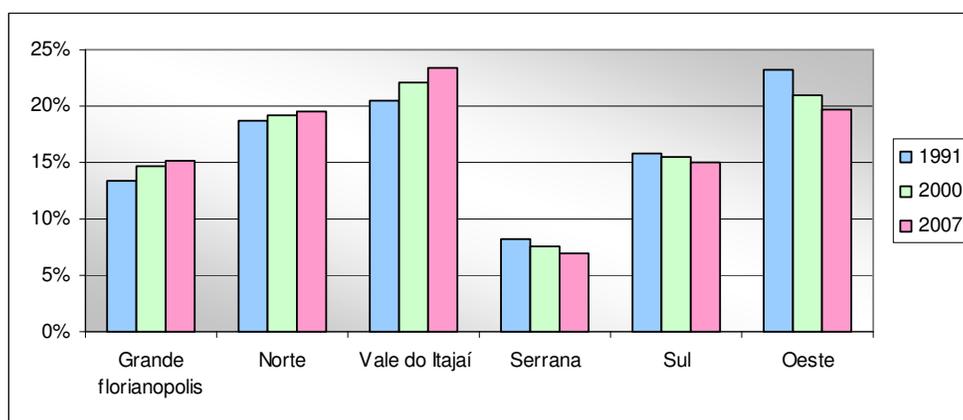
³⁵ Como já foi observado, com a modernização dos processos de produção e as reestruturações sofridas após a abertura comercial, os anos 1990 foram marcados pela queda no número de estabelecimentos rurais e no pessoal ocupado pela atividade

³⁶ Santa Catarina foi o único estado da região sul do Brasil a apresentar saldos migratórios positivos desde 1991 até 2000. Isso configurou o estado como um pólo de atração de população da própria região Sul e de outros estados do país, sendo os maiores receptores as regiões de Joinville e de Florianópolis devido às oportunidades geradas a partir de suas dinâmicas econômicas.

concentrada. Uma prova disso é que os dez maiores municípios do estado responderam em 2007 por quase 40% do total da população.

Para ilustrar melhor esta questão, o gráfico abaixo mostra a participação da população das grandes regiões de Santa Catarina no total da população do estado:

GRÁFICO 5 – Participação das Grandes Regiões na População Total de SC (1991-2000-2001)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos e Contagem da População 2007 – IBGE

De um lado, tem-se o aumento da participação das regiões da Grande Florianópolis, Norte e Vale do Itajaí, ou seja, grande parte do litoral e do norte do estado. E, de outro, a diminuição da participação das regiões Oeste, Serrana e Sul. Isso mostra que grande parte dos fluxos migratórios se origina nas regiões onde imperam os fatores de expulsão, ligados também ao menor dinamismo econômico. Sendo que a direção por eles tomada está relacionada a um maior nível de produção e, conseqüentemente, aos fatores de atração (nível de emprego, oferta de serviços e infraestrutura, etc.).

Essa relação, por sua vez, também é um dos determinantes da formação de grandes aglomerados urbanos ao redor dos municípios que constituem o eixo dinâmico da economia catarinense. Tal tendência pode ser percebida mesmo nos níveis territoriais menos agregados. Isso é explícito quando se considera, por exemplo, o crescimento anual das SDR's do estado:

QUADRO 3 – Crescimento Anual das SDR's e Participação na População das SDR's no Total (2000-2007)

Secretaria de Desenvolvimento Regional	Taxa Anual de Crescimento Geométrico da População (00/07)	Participação da população no total de SC (%)	
		2000	2007
SDR – BRUSQUE	3,05	2,86	3,22
SDR – ITAJAÍ	2,86	7,01	7,80
SDR – JARAGUÁ DO SUL	2,51	3,13	3,40
SDR – GRANDE FLORIANÓPOLIS	1,97	13,52	14,15
SDR – JOINVILLE	1,75	9,90	10,21
SDR – TIMBÓ	1,68	2,02	2,07
SDR – BLUMENAU	1,65	6,51	6,67
SDR – BRAÇO DO NORTE	1,32	1,04	1,04
SDR – RIO DO SUL	1,30	1,58	1,58
SDR – CHAPECÓ	1,28	3,54	3,54
SDR – IBIRAMA	1,15	1,20	1,18
SDR – CRICIÚMA	1,09	6,44	6,34
SDR – MAFRA	0,87	3,90	3,79
SDR – TUBARÃO	0,76	2,84	2,74
SDR – MARAVILHA	0,75	1,30	1,25
SDR – ARARANGUÁ	0,73	2,99	2,87
SDR – VIDEIRA	0,72	1,79	1,72
SDR – CAÇADOR	0,69	1,80	1,72
SDR – LAGUNA	0,67	2,16	2,07
SDR – ITAPIRANGA	0,56	0,65	0,62
SDR – CURITIBANOS	0,51	1,15	1,09
SDR – SÃO JOAQUIM	0,51	0,93	0,88
SDR – TAIÓ	0,49	1,00	0,95
SDR – XANXERÊ	0,43	2,49	2,35
SDR – PALMITOS	0,42	1,19	1,11
SDR – CONCÓRDIA	0,41	1,68	1,58
SDR – CANOINHAS	0,39	2,30	2,15
SDR – ITUPORANGA	0,33	1,15	1,07
SDR – LAGES	0,13	4,43	4,08
SDR – SÃO LOURENÇO D'OESTE	-0,01	0,84	0,77
SDR – SÃO MIGUEL D'OESTE	-0,02	1,22	1,11
SDR – DIONÍSIO CERQUEIRA	-0,07	0,94	0,86
SDR – CAMPOS NOVOS	-0,13	1,01	0,91
SDR – SEARA	-0,16	0,90	0,81
SDR – JOAÇABA	-0,36	2,17	1,93
SDR – QUILOMBO	-0,55	0,42	0,37

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos e Contagem da População – IBGE

Apenas sete, das trinta e seis SDR's apresentaram aumento de sua participação em relação ao total da população do estado. Delas, as SDR's de Brusque, Timbó e Blumenau encontram-se na grande região do Vale do Itajaí; as de Jaraguá do Sul e de Joinville no Norte; e a da Grande Florianópolis no litoral. O crescimento dessas regiões

confirma o perfil predominantemente urbano do estado, já que todas elas apresentam grau de urbanização acima de 80%. Isso pode ser observado na tabela abaixo:

TABELA 4 – Grau de Urbanização das sete SDR's com Maior Participação na População do Estado (1991-2000)

<i>Secretaria de Desenvolvimento Regional</i>	<i>Grau de Urbanização (%)</i>	
	1991	2000
SDR – BLUMENAU	81,66	85,65
SDR – BRUSQUE	73,64	83,60
SDR – ITAJAÍ	93,08	95,73
SDR – JARAGUÁ DO SUL	74,07	82,44
SDR – JOINVILLE	94,47	95,27
SDR – GRANDE FLORIANÓPOLIS	88,42	93,49
SDR – TIMBÓ	73,30	83,81
Santa Catarina	70,6	78,86

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos – IBGE

Não se pode esquecer, no entanto, que das sete SDR's que apresentam crescimento negativo, obviamente com diminuição na participação total do estado, seis encontram-se no grande Oeste (São Lourenço D'Oeste, São Miguel D'Oeste, Dionísio Cerqueira, Quilombo, Joaçaba e Seara) e uma na região Serrana (Campos Novos). Apesar de serem SDR's menos urbanizadas e perderem população – absoluta e relativa –, também é perceptível o aumento nos seus graus de urbanização. Isso leva a crer que este não é um fenômeno exclusivo das áreas predominantemente urbanas como as vistas na tabela anterior. A tabela que segue mostra o grau de urbanização dessas SDR's:

TABELA 5 – Grau de Urbanização das Sete SDR's com Menor Participação na População do Estado (1991-2000)

<i>Secretaria de Desenvolvimento Regional</i>	<i>Grau de Urbanização (%)</i>	
	1991	2000
SDR – DIONÍSIO CERQUEIRA	33,00	46,95
SDR – JOAÇABA	61,38	70,20
SDR – QUILOMBO	19,65	36,63
SDR – SÃO LOURENÇO D'OESTE	33,96	57,94
SDR – SÃO MIGUEL D'OESTE	46,86	58,94
SDR – SEARA	30,32	41,87
Santa Catarina	70,64	78,86

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos – IBGE

Em Santa Catarina, por conseguinte, as aglomerações urbanas mais representativas (Florianópolis, Joinville, Blumenau e Itajaí) estão próximas entre si e envoltas por municípios periféricos dependentes de suas dinâmicas. Outras SDR's que representam pólos sub-regionais são a de Chapecó, que manteve constante sua participação durante o período, e a de Criciúma, que apresentou uma pequena queda na participação do estado. Chapecó, como se verá mais adiante, é um espaço de atração de população no Oeste, sendo responsável por absorver parte da população migrante que não vai em direção à faixa litorânea do estado.

Outro olhar sob a análise da distribuição da população é a trajetória dos estratos de tamanho populacional das cidades, representada na tabela abaixo:

QUADRO 4 – Distribuição Espacial da População nos Municípios Segundo Estratos de Tamanho (1991-2000-2007)

Intervalo	n de municípios			% hab			tx cresc. Geo %		
	1991	2000	2007	1991	2000	2007	91/00	00/07	91/07
300001a 500000	1	2	2	7,64	14,41	15,06	9,29	1,95	6,01
100001 a 300000	7	8	8	25,26	23,69	24,16	1,13	1,59	1,33
50001 a 100000	8	9	16	11,47	10,97	17,44	1,35	8,24	4,31
20001 a 50000	34	31	30	23,56	18,93	15,01	-0,60	-2,00	-1,21
10001 a 20000	56	61	61	17,34	15,63	14,16	0,68	-0,12	0,33
5001 a 10000	66	76	67	11,02	10,11	8,30	0,88	-1,51	-0,17
2001 a 5000	43	98	97	3,62	5,98	5,51	7,68	0,13	4,31
1 a 2 mil	2	8	12	0,04	0,27	0,36	26,05	5,62	16,67

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos e Contagem da População – IBGE

O que se destaca nesse aspecto é que entre os anos de 1991 e 2000, os estratos que tiveram maior crescimento foram os de municípios de 300 a 500 mil habitantes e os de mil a dois mil habitantes. O primeiro caso é explicado pelo crescimento e concentração da população nos municípios de Joinville e Florianópolis (que atingiu os 300 mil habitantes após 1991), enquanto o segundo explica-se pela criação de vários municípios³⁷.

Já no período entre 2000 e 2007, os estratos que mais cresceram foram dos municípios entre 50 e 100 mil habitantes e novamente aqueles entre 1 e 2 mil habitantes. O crescimento do número de municípios de menor estrato deve-se principalmente às

³⁷ Em 1991 Santa Catarina tinha 197 municípios e em 2000/07 esse número é de 293. Isso significa que neste período foram criados 96 municípios.

perdas populacionais sofridas em alguns municípios que apresentavam população entre 2001 e 5000 habitantes no início do período e passaram para menos de 2 mil em 2007.

O crescimento dos municípios entre 50 e 100 mil habitantes reforça a idéia da formação de maiores aglomerados urbanos, já que a maioria dos municípios que atingiu esse estrato no período situa-se nas SDR's que apresentam maior participação na população do estado. Esse é o caso de Camboriú e Navegantes, na SDR de Itajaí; Içara, na SDR de Criciúma; Biguaçu, na SDR da Grande Florianópolis; e Gaspar, na SDR de Blumenau.

Outra questão que merece destaque é o fato de que os principais municípios da Grande Florianópolis (Florianópolis, São José e Palhoça) estão entre os 10 maiores municípios do estado. Neste sentido, parece confirmar-se a tendência de metropolização dessa região.

O documento elaborado pelo IPARDES e Unicamp sobre a dinâmica demográfica da região Sul nos anos 1970 e 1980 salienta:

Confirmando o processo de disseminação de novas metrópoles e de expansão das áreas de abrangência de sua polarização, é necessário considerar, ainda, que na Região Sul o processo de metropolização já ultrapassa as regiões metropolitanas oficiais (...). Espaços com características nitidamente pré-metropolitanas já são perceptíveis, como é o caso do aglomerado urbano de Florianópolis (...). Esse conjunto [Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz] forma o maior aglomerado populacional do estado, polarizado pela capital político-administrativa e principal centro de serviços, com vetores que demonstram a tendência de crescimento em direção aos demais municípios da região. Concorrente com os aglomerados de Joinville, Itajaí e Blumenau, Florianópolis já compõe com eles importante vetor de ocupação econômica do eixo leste do estado, no corredor da economia nacional com o sul. (IPARDES – Unicamp, 1997, p.68)

Para ilustrar esta questão, a tabela abaixo mostra a população e a taxa de crescimento populacional dos principais municípios da SDR da Grande Florianópolis:

TABELA 6 – População dos Principais Municípios da SDR da Grande Florianópolis (2000/2007)

<i>Municípios</i>	<i>População</i>		<i>Tax de cresc. Anual (%)</i>
	2000	2007	
Palhoça - SC	102.742	122.471	2,54
Florianópolis - SC	342.315	396.723	2,13
São José - SC	173.559	196.887	1,82
Santo Amaro da Imperatriz - SC	15.708	17.602	1,64
Biguaçu - SC	48.077	53.444	1,52
TOTAL da SDR	724272	830011	1,97

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos e Contagem da População – IBGE

A tendência do aumento da participação da região na população do estado confirma-se pelo fato dos municípios e da SDR apresentarem um crescimento maior que o crescimento médio do estado (1,31%). Esse processo de metropolização aponta ainda para uma litoralização da população, que é confirmada também quando consideramos o forte crescimento dos municípios balneários. A dinâmica econômica dessas localidades está relacionada principalmente às atividades turística e portuária, como é o caso de Navegantes, Balneário Camboriú, Itapema, Bombinhas, etc.

Em todo o contexto discutido até agora, pode-se dizer que o processo dinâmico que configurou a distribuição da população catarinense pelo território apresentou várias facetas. Parte delas está ligada à diminuição do ritmo de crescimento da população, à desruralização/urbanização do estado, aos fluxos migratórios externos e à concentração espacial da população. Nesse sentido, surgiram novas espacialidades como, por exemplo, o processo de metropolização da região da Grande Florianópolis e a consolidação dos aglomerados urbanos de Joinville, Blumenau e Itajaí.

Nesse sentido, os movimentos migratórios internos ganham importância no debate da dinâmica populacional já que, mesmo com certa desconcentração das atividades pelo território, a tendência de concentração da população no eixo leste é evidente. Desta forma, a seção seguinte tem como objetivo principal discutir os movimentos migratórios internos na escala espacial das SDR's e estabelecer paralelos entre esse processo e a tendência da concentração espacial da população em Santa Catarina.

4.2 As Migrações Internas em Santa Catarina

4.2.1 Algumas Considerações Metodológicas

A mensuração das migrações internas é realizada a partir de dados censitários e tem como objetivo estimar “às mudanças permanentes de residência entre unidades espaciais pré-definidas” (CARVALHO e RIGOTTI, 1999, p.339). No trabalho, adotam-se como unidades espaciais analíticas as SDR's e quando necessário abre-se o leque dos municípios que as compõem. A agregação dos dados em SDR's foi realizada com base nos dados municipais disponíveis. O método empregado é o da técnica indireta, que relaciona os locais de residência dos indivíduos em um intervalo de tempo, no caso o Censo de 2000 e a Contagem da População de 2007.

Para Carvalho e Rigotti (1999),

Deve-se ressaltar que a estimação indireta da migração resulta, normalmente, em estimativas de resultados líquidos, pois referem-se à diferença entre o volume dos que não residiam na região no início do período em análise e para lá migraram (imigrantes) e aqueles que lá residiam no início do período e dela saíram (emigrantes), descontados os efeitos da mortalidade e da reemigração. Este é o verdadeiro conceito de saldo migratório (SM), que corresponde, no período em análise, à diferença entre imigrantes e emigrantes de datas fixas. O SM mede a contribuição das migrações ao crescimento populacional do período. (p.341)

Deste modo, pode-se dizer que: quando há um Saldo Migratório (SM) positivo num município, o número de migrantes que entrou e permaneceu no local é maior que o número de migrantes que saiu do município em direção a outras localidades – sendo que, quando o saldo é negativo, ocorre a situação oposta³⁸. Neste trabalho o cálculo utilizado para estimar o SM é representado no quadro a seguir³⁹:

SALDO MIGRATÓRIO
SM = SP – M
SM = Saldo Migratório
SP = Saldo Populacional no Período (POP 2007 – POP 2000)
M = Mortalidade (Nascidos Vivos - Óbitos Ocorridos e Registrados)

³⁸ Devemos lembrar que um saldo migratório nulo não significa necessariamente uma situação estática da população, mas sim um resultado líquido que não altera o crescimento populacional do período.

³⁹ Os cálculos foram realizados com base na definição apresentada por Carvalho e Rigotti (1999). No entanto, para as estimativas deste trabalho são utilizados apenas os dados de mortalidade, pois os de reemigração não estão disponíveis no nível territorial municipal.

Outro indicador importante para a avaliação dos resultados é a Taxa Líquida de Migração (TLM), que corresponde à proporção da população observada no último período (2007) que resulta do processo migratório – se for positiva – ou à proporção da população que aumentaria caso não houvesse migração – se for negativa (CARVALHO e RIGOTTI, 1999). A TLM é dada por:

TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO
TLM = SM/PFP
TLM = Taxa líquida de Migração
SM = Saldo migratório (2000/2007)
PFP = População do Fim do Período (2007)

Cabe ressaltar que os dados utilizados para estimar os saldos migratórios municipais foram os do Censo Demográfico de 2000 e da Contagem da População de 2007 e as Estatísticas do Registro Civil dos anos 2000 a 2006. Os indicadores disponíveis que possibilitaram o cálculo do crescimento vegetativo em nível municipal foram o número de nascidos vivos em cada ano e o número de óbitos ocorridos e registrados em cada ano.

Como as Estatísticas do Registro Civil de 2007 não estão disponíveis, realizou-se uma estimativa dos nascimentos e óbitos para este ano através da média simples do período entre 2000 e 2006. Desta forma, somou-se o número de óbitos e nascimentos dos anos em que os dados oficiais estavam disponíveis à aproximação realizada para o ano de 2007, obtendo, assim, a mortalidade (M) no período 2000 a 2007.

O trabalho realiza, portanto, uma análise de indicadores que têm como foco o volume das migrações⁴⁰ no período 2000-2007. Essa é uma das formas de observação do problema, já que outros dados estão disponíveis para explorar e qualificar mais profundamente o processo que mostramos – como a origem e destino dos fluxos, o nível educacional e a faixa etária e sexo dos migrantes, as migrações de curta, média ou longa distância, etc. Neste sentido, entende-se que este trabalho é um passo a mais na construção de análises sobre o tema da dinâmica populacional catarinense.

⁴⁰ Ao considerarmos o volume das migrações internas também estamos levando em consideração os migrantes oriundos de outras escalas espaciais (estados ou países). Estes só poderiam ser discriminados através de uma pesquisa mais aprofundada, que foge do escopo deste trabalho.

4.2.2 Migrações internas em Santa Catarina

Ao se analisar a distribuição espacial da população no estado foi possível perceber a tendência de concentração em determinadas regiões. As migrações internas fazem parte deste cenário como um de seus principais determinantes, sendo também um reflexo das desigualdades regionais, em especial, entre o campo e a cidade. Neste contexto, no decorrer do trabalho buscou-se explicitar a existência de desigualdades em Santa Catarina e, dessa forma, preparar as bases para entender melhor o fenômeno que será descrito nesta seção.

O Grande Oeste Catarinense⁴¹

A região Oeste do estado é, historicamente, uma área de expulsão de população. Isso é visto não só pela diminuição da participação de sua população no total do estado, mas pelos saldos migratórios predominantemente negativos que a região apresenta. A tabela abaixo mostra o saldo migratório por SDR e a taxa líquida de migração para o período 2000/2007:

TABELA 7 – SM e TLM das SDR's da Região Oeste (2007)

OESTE	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
SDR - CAÇADOR	100.914	-5.401	-5,35
SDR - CHAPECÓ	207.486	3.758	1,81
SDR - CONCÓRDIA	92.559	-3.023	-3,27
SDR - SEARA	47.410	-3.242	-6,84
SDR - ITAPIRANGA	36.436	-775	-2,13
SDR - JOAÇABA	113.489	-10.908	-9,61
SDR - MARAVILHA	73.228	-715	-0,98
SDR - PALMITOS	65.372	-1.105	-1,69
SDR - QUILOMBO	21.875	-2.337	-10,68
SDR - SÃO LOURENÇO D'OESTE	45.052	-4.199	-9,32
SDR - SÃO MIGUEL D'OESTE	65.083	-3.515	-5,40
SDR - VIDEIRA	100.936	-3.658	-3,62
SDR - XANXERÊ	137.583	-6.938	-5,04
SDR - DIONÍSIO CERQUEIRA	50.335	-3.999	-7,94
TOTAL	1.157.758	-46057	-3,98

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

⁴¹ Vale lembrar que as SDR's utilizadas no trabalho estão de acordo com as disponibilizadas no sítio do Governo do Estado de Santa Catarina (www.sc.gov.br). E o corte adotado para agregar as SDR's nas grandes regiões foi baseado nas mesorregiões do IBGE.

De todas as SDR's do Oeste do estado, somente a SDR de Chapecó apresenta SM positivo e, conseqüentemente uma TLM positiva. Este perfil de saída generalizada de população contrasta com a análise anterior elaborada por Alves (2006), uma vez que, em sua estimação para o período 2000/2004 as SDR's de Caçador, Videira e Joaçaba também apresentavam SM positivos.

As SDR's que mais se destacam por grandes perdas migratórias em relação à população de 2007, expressas na TLM, são: a SDR de Joaçaba, de Quilombo, São Lourenço D'Oeste e Dionísio Cerqueira. Em 2007, essas SDR's representam 19,7% da população e, atualmente, são responsáveis por 37,63% do SM negativo da região.

Um fato importante é que a SDR de Chapecó tem 1,31% da população em 2007 derivada de um acréscimo populacional oriundo das migrações em sua direção. No entanto, observando-se mais de perto, apenas o município de Chapecó responde por um SM significativamente positivo:

TABELA 8 – SM e TLM dos Municípios da SDR de Chapecó (2007)

SDR - CHAPECÓ	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
Águas Frias - SC	2.551	-135	-5,29
Caxambu do Sul - SC	4.885	-614	-12,57
Chapecó - SC	164.803	6.363	3,86
Cordilheira Alta - SC	3.361	181	5,39
Coronel Freitas - SC	10.246	-901	-8,79
Guatambú - SC	4.505	-508	-11,28
Nova Erechim - SC	4.118	320	7,77
Nova Itaberaba - SC	4.117	-405	-9,84
Planalto Alegre - SC	2.639	54	2,05
Serra Alta - SC	3.200	-306	-9,56
Sul Brasil - SC	3.061	-291	-9,51
TOTAL	207.486	3.758	1,81

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

Este é um município de forte centralidade, com fatores de atração de população. Sua dinâmica econômica está ligada ao complexo agroindustrial, mas também apresenta diversificação para os setores de serviços, financeiro e comércio que atende toda a região. Junto com Videira, Concórdia e São Miguel D'Oeste, Chapecó integra o “eixo especializado nas atividades agroalimentares de Santa Catarina” (IPEA-IBGE-IPARDES-UNICAMP, 2000, p.128), fortemente coordenada pelas grandes empresas agroindustriais (Sadia, Perdigão, Bunge, Souza Cruz, etc.).

Outra peculiaridade da região é que, com exceção dos municípios sede da maioria das SDR's, grande parte dos demais municípios da região têm menos de 20 mil

habitantes. A SDR de Quilombo, por exemplo, tem 21.875 habitantes e seis municípios (Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, Quilombo, Santiago do Sul e União do Oeste), com um saldo migratório negativo para todas as localidades e uma TLM de -10,68%. Desses municípios quatro foram fundados após 1992, colocando uma importante indagação concernente à capacidade dos novos municípios em reter sua população. Essa é uma pergunta relevante já que, em grande parte, os municípios que apresentaram acréscimo populacional estão fortemente vinculados aos aglomerados urbanos. Em documento do IPARDES – UNICAMP (1997) a questão é observada da seguinte maneira⁴²:

(...) [A pergunta que temos de fazer é se] o surto emancipatório é benéfico à superação do quadro de carências quanto aos serviços e à consolidação do processo democrático, ou se serve apenas à concretização de interesses particulares de ordem político-eleitoral, onerando os cofres públicos com a duplicação de estruturas administrativas. (IPARDES – UNICAMP, 1997, p.54)

Como tendência principal das migrações do Oeste catarinense, apresenta-se a perda populacional generalizada. Ademais da saída da população dos pequenos municípios percebe-se também uma incapacidade dos pólos sub-regionais absorverem a maior parte dos migrantes. Desta forma, configura-se um forte movimento com migrações de maior distância, principalmente em direção ao litoral do estado.

A Região Serrana

Assim como a região Oeste do estado, a região serrana é expulsora de população. Sua área urbana, com a centralidade em Lages, tem pouca capacidade de absorção da população que sai das SDR's próximas. As atividades ligadas à madeira, em especial a indústria de papel e papelão, também não conseguem dar dinamismo suficiente para reter a população. A tabela abaixo mostra o SM e a TLM da região:

⁴² Esta não é uma questão exclusiva da região Oeste.

TABELA 9 – SM e TLM das SDR's da Região Serrana (2007)

SERRANA	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
SDR - CAMPOS NOVOS	53.597	-5.167	-9,64
SDR - CURITIBANOS	63.809	-3.906	-6,12
SDR - LAGES	239.443	-13.268	-5,54
SDR - SÃO JOAQUIM	51.903	-2.071	-3,99
TOTAL	408.752	-24.412	-5,97

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

Pode-se notar que, apesar da SDR de Lages abrigar a maior parte dos ramos dinâmicos da economia da região, ela foi a que mais expulsou pessoas, em termos absolutos, no estado. Os únicos municípios com saldos migratórios positivos em toda a região foram Capão Alto e Otacílio Costa, sede da Klabin⁴³.

A modernização da indústria papelreira – à luz do que ocorreu nas agroindústrias – teve impactos diretos na redução da geração de postos de trabalho. Além disso, a concentração fundiária e o espraiamento das plantações de reflorestamento por boa parte do território somam-se aos demais fatores de expulsão da região. A falta de perspectiva nessas localidades colocou em andamento um fluxo migratório constante que parece aumentar ao longo dos anos.

A região Serrana, portanto, apresenta uma forte evasão populacional, oriunda das áreas rurais, mas em especial da SDR e do município de Lages. Esse fluxo apresenta como fator econômico a fraca dinâmica da região incapaz de absorver sua população. Da mesma forma, fica claro que as perdas populacionais da região estão ligadas às suas características histórico-sociais e não constituem um fenômeno individualizado.

A Região Norte

Diferentemente das primeiras regiões tratadas, – onde se constituem os fluxos migratórios, determinados pelos fatores de expulsão internos – a região Norte do estado se configura como receptora histórica de população, apresentando em seu território os fatores de atração que dão direção a este fluxo. Isso ocorre não apenas em nível interno,

⁴³ A Klabin é uma empresa do ramo de papel e celulose com unidades fabris em Santa Catarina nos municípios de Lages e Otacílio Costa.

mas também no que se refere a outros estados, pois a região apresenta uma forte dinâmica industrial com setores que oferecem um grande volume de postos de trabalho.

Das quatro SDR's que compõem a região, duas delas têm SM positivo e outras duas negativo. A tabela abaixo apresenta os dados do Norte:

TABELA 10 – SM e TLM das SDR's da Região Norte (2007)

NORTE	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
SDR - CANOINHAS	126.403	-6.317	-5,00
SDR - JARAGUÁ DO SUL	199.216	19.080	9,58
SDR - JOINVILLE	599.148	26.461	4,42
SDR - MAFRA	222.111	-5.820	-2,62
TOTAL	1.146.878	33.404	2,91

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

As duas SDR's que apresentam SM positivo participam com grande peso na produção de bens e serviços, sendo consideradas as duas SDR's das mais industrializadas do estado, pois como já foi visto anteriormente, são responsáveis por quase 20% do PIB, além de conter o maior município do estado – Joinville. A TLM mostra que 9,58% da população da SDR de Jaraguá em 2007 é fruto de movimentos migratórios, enquanto em Joinville essa taxa é de 4,42%. Ambos os indicadores se encontram bem acima das outras SDR's analisadas até aqui. As SDR's de Joinville e de Jaraguá do Sul formam um grande aglomerado urbano, que em uma faixa contínua engloba vários municípios que recebem população no estado.

No entanto, as SDR's de Mafra e Canoinhas tiveram SM negativo. No caso de Canoinhas há um processo de esvaziamento evidente, pois todos os municípios apresentaram SM negativo. A principal atividade da SDR está ligada aos gêneros de papel e madeira, mas o esgotamento das reservas florestais fizeram com que o setor entrasse em decadência. Os principais prejudicados foram, obviamente, os médios e pequenos produtores que provavelmente constituem grande parte da população migrante.

Já a SDR de Mafra apresenta apenas dois municípios com SM positivo: São Bento do Sul e Rio Negrinho. Esses municípios são os principais responsáveis pela dinâmica da indústria moveleira regional, a qual vem se adaptando às mudanças do mercado externo. As exportações constituíam o principal mercado das empresas moveleiras e, com a valorização cambial dos últimos anos e a governança externa da

cadeia produtiva de móveis, o setor enfrenta novos desafios. Mesmo assim, os municípios constituem um eixo moveleiro, atrelado, em parte, à economia paranaense.

Cabe ressaltar que nessa região houve um acentuado SM positivo nos municípios balneários ligados à atividade turística, como Balneário Barra do Sul, Itapoá e Barra Velha e em São Francisco do Sul com a atividade portuária, confirmando o processo de litoralização do estado.

Em seus aspectos gerais o Norte, principalmente sua porção leste, é responsável pela absorção da população oriunda de seu interior e também daquela vinda das demais regiões do estado. Sua atratividade se dá pelo forte dinamismo econômico de bases industriais de grande representatividade no estado.

A Grande Florianópolis

A Grande Florianópolis, como já se identificou, apresenta um forte processo de concentração populacional, levando à constituição de uma metropolização da região. É a segunda maior receptora de população do estado, mas a que apresenta a menor extensão territorial. Isso confirma também um forte adensamento demográfico, inclusive na capital do estado, mesmo diante de seus limites naturais incontestáveis⁴⁴.

A SDR da Grande Florianópolis apresenta os seguintes SM e TLM:

⁴⁴ Mesmo sendo uma ilha e apresentando áreas que ecologicamente deveriam ser preservadas, a especulação imobiliária no município tem criado fortes impactos sobre a sustentabilidade da região. A construção em morros e encostas, mangues, etc, parece prevalecer em detrimento de sua preservação. Isso não é causado apenas por uma ocupação desenfreada e “ilegal” da população vinda de outras regiões, mas também pela venda de licenças ambientais para grandes empreendimentos de impactos socioeconômicos duvidáveis.

TABELA 11 – SM e TLM dos Municípios da SDR da Grande Florianópolis (2007)

SDR - GRANDE FLORIANÓPOLIS	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
Águas Mornas - SC	4.410	-1.197	-27,14
Angelina - SC	5.322	-660	-12,40
Anitápolis - SC	3.175	-231	-7,28
Antônio Carlos - SC	7.087	273	3,85
Biguaçu - SC	53.444	2.075	3,88
Florianópolis - SC	396.723	31.565	7,96
Governador Celso Ramos - SC	12.175	58	0,48
Palhoça - SC	122.471	12.269	10,02
Rancho Queimado - SC	2.772	19	0,69
Santo Amaro da Imperatriz - SC	17.602	1.057	6,00
São Bonifácio - SC	3.178	-109	-3,43
São José - SC	196.887	10.803	5,49
São Pedro de Alcântara - SC	4.765	1.118	23,46
TOTAL	830.011	57.040	6,87

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

É perceptível a concentração dos SM positivos nas regiões que seguem uma faixa contígua a partir da capital Florianópolis. São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz representam quase 46% dos SM total e seu crescimento está ligado também ao processo de litoralização da população. Esses municípios constituem a periferia de Florianópolis, sendo um tema interessante de pesquisa as migrações pendulares, já que muitas pessoas que exercem atividades na capital vivem nesses municípios.

Os principais fatores de atração da região estão atrelados a um amplo setor de serviços, ligado à atividade turística, ao setor vestuarista e às atividades industriais de São José. Além disso, por conter a capital, existem muitos postos de trabalho relativos à administração pública do estado.

Pode-se perceber, portanto, que a região da Grande Florianópolis tem um papel importante na absorção dos fluxos migratórios, os quais provavelmente têm origem nas regiões de maior nível de expulsão da população, como a Serrana e o Oeste. O processo de metropolização é evidente e tende a concentrar ainda mais a população nesta região, além de confirmar a litoralização do estado.

O Vale do Itajaí

A região do Vale do Itajaí é a que mais atraiu migrantes no período analisado. Diante de uma economia também diversificada e com grande participação no PIB estadual, o crescimento econômico das últimas décadas consolidou o Vale como uma das regiões mais dinâmicas de Santa Catarina. Os principais pólos de atração estão próximos à aglomeração urbana de Blumenau e seguem até Joinville constituindo um eixo da absorção populacional. É importante lembrar que, juntas, essas regiões tão próximas são responsáveis por 72,30% do SM positivo do estado. A tabela abaixo mostra as SDR's do Vale do Itajaí e seus SM e TLM:

TABELA 12 – SM e TLM das SDR's da Região do Vale do Itajaí (2007)

VALE DO ITAJAÍ	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
SDR - BLUMENAU	391.199	20.580	5,26
SDR - BRUSQUE	188.940	25.307	13,39
SDR - IBIRAMA	69.351	896	1,29
SDR - ITAJAÍ	457.670	52.406	11,45
SDR - ITUPORANGA	62.931	-3.699	-5,88
SDR - RIO DO SUL	92.463	3.300	3,57
SDR - TAIÓ	55.604	-2.077	-3,74
SDR - TIMBÓ	121.352	6.827	5,63
TOTAL	1.439.510	103.540	7,19

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

Como se pode perceber é incontestável a força receptiva da região, onde 7,79% de sua população em 2007 é de origem migrante. As SDR's de Timbó, Rio do Sul e Ibirama tiveram SM positivos, mesmo que menos expressivos do que das SDR's de Brusque, Blumenau e Itajaí, que apresentam maior intensidade no que se refere à atração de migrantes.

Os SM negativos da região estão nas SDR's de Ituporanga e de Taió. No entanto, para a região de maneira agregada, estes saldos negativos não apresentam grande significância, uma vez que a saída de 5.776 habitantes das duas SDR's contrasta com a chegada de 109.316 migrantes nas demais SDR's da região. Isso mostra uma capacidade de absorção da região em relação aos fluxos migratórios de sua própria origem.

A SDR de Blumenau tem seus fatores de atração ligados ao forte dinamismo da indústria têxtil-vestuarista presente, principalmente, nos municípios de Blumenau,

Gaspar e Ilhota; além da indústria cristaleira e metal-mecânica em Blumenau. A SDR apresenta os seguintes SM e TLM:

TABELA 13 – SM e TLM dos Municípios da SDR de Blumenau (2007)

SDR - BLUMENAU	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
Blumenau - SC	292.972	14.790	5,05
Gaspar - SC	52.428	2.906	5,54
Ilhota - SC	11.552	328	2,84
Luiz Alves - SC	8.986	387	4,31
Pomerode - SC	25.261	2.169	8,59
TOTAL	391.199	20.580	5,26

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

Já a SDR de Brusque, com um SM de 25.307 habitantes, tem os municípios de Brusque, São João Batista, Guabiruba e Tijucas como principais receptores de população. É a SDR com maior TLM do estado, constituindo-se como destino importante da população expulsa de outras regiões, dados aos fatores de atração que vem se reforçando com a expansão econômica da SDR.

O município de Brusque é um forte pólo da indústria do vestuário no estado, enquanto São João Batista se destaca na indústria calçadista e Guabiruba na de confecções. O município de Tijucas, por sua vez, apresenta a indústria cerâmica, ligada às olarias (telhas e tijolos) e à fabricação de pisos e azulejos por uma grande empresa do ramo. Tijucas é um município que também está fortemente integrado à região da grande Florianópolis. Os SM e TLM da SDR estão na tabela que segue:

TABELA 14 – SM e TLM dos Municípios da SDR de Brusque (2007)

SDR – BRUSQUE	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
Botuverá – SC	4.127	260	6,30
Brusque – SC	94.962	13.887	14,62
Canelinha – SC	9.696	-11	-0,11
Guabiruba – SC	16.095	2.465	15,32
Major Gercino – SC	2.842	-383	-13,48
Nova Trento – SC	11.325	993	8,77
São João Batista – SC	22.089	5.949	26,93
Tijucas – SC	27.804	2.147	7,72
TOTAL	188.940	25.307	13,39

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

A SDR de Itajaí abarca alguns dos principais municípios responsáveis pela dinâmica de litoralização do estado. Sem dúvida, o município de Balneário Camboriú é o mais representativo, já que é o décimo segundo maior do estado com uma TLM de 14,72%. Ao seu lado, em direção ao sul, estão Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas, que também tiveram um considerável acréscimo populacional de origem migratória:

TABELA 15 – SM e TLM dos Municípios da SDR de Brusque (2007)

<i>SDR – ITAJAÍ</i>	<i>POPULAÇÃO 2007</i>	<i>SM</i>	<i>TLM (%)</i>
Balneário Camboriú - SC	94.344	13.886	14,72
Balneário Piçarras – SC	13.760	2.235	16,24
Bombinhas – SC	12.456	2.847	22,86
Camboriú – SC	53.388	8.065	15,11
Itajaí – SC	163.218	6.490	3,98
Itapema – SC	33.766	5.505	16,30
Navegantes – SC	52.638	9.456	17,96
Penha – SC	20.868	2.226	10,67
Porto Belo – SC	13.232	1.696	12,82
TOTAL	457.670	52.406	11,45

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

Completando o perfil de atração do litoral catarinense, observamos o intenso movimento em direção aos municípios do norte do litoral da SDR do Vale do Itajaí. Saindo de Itajaí, passando por Navegantes, Penha e Piçarras temos um SM de 23.686 habitantes. As atividades principais desses municípios são o turismo, principalmente em Penha e Piçarras; e o complexo portuário em Itajaí e Navegantes, onde também está presente a atividade pesqueira.

O Sul do Estado

Apesar da região Sul de Santa Catarina ter diminuído sua participação relativa na população do estado – de modo bem menos intenso que as regiões Oeste e Serrana –, não houve no período um SM negativo. A tabela abaixo mostra as SDR's da região e seus SM e TLM:

Tabela 16 – SM e TLM das SDR's da Região Oeste (2007)

SUL	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
SDR - ARARANGUÁ	168.498	-3.233	-1,92
SDR - BRAÇO DO NORTE	61.032	1.133	1,86
SDR - CRICIÚMA	371.972	2.801	0,75
SDR - LAGUNA	121.314	-564	-0,46
SDR - TUBARÃO	160.527	397	0,25
TOTAL	883.343	534	0,06

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

Das cinco SDR's apenas a de Araranguá e Laguna apresentaram SM negativo. No primeiro caso, somente os municípios balneários tiveram SM positivo (Balneário Arroio do Silva, com 1943 migrantes e Balneário Gaivotas com 1707), enquanto o município sede perdeu população. No caso da SDR de Laguna destacam-se os SM negativos de Imaruí e Imbituba, enquanto Garopaba apresenta SM positivo. Garopaba tem sua dinâmica econômica atrelada ao ramo de roupas esportivas, enquanto Imbituba sofre com o declínio da atividade pesqueira.

Como é conhecido, a SDR com maior nível de centralidade na região é a de Criciúma, configurando-se como um pólo de atração sub-regional. A tabela abaixo discrimina os municípios da SDR quanto seu SM e TLM:

TABELA 17 – SM e TLM dos Municípios da SDR de Criciúma (2007)

SDR - CRICIÚMA	POPULAÇÃO 2007	SM	TLM (%)
Cocal do Sul - SC	14.563	2	0,01
Criciúma - SC	185.506	3.738	2,02
Forquilha - SC	20.719	1.267	6,12
Içara - SC	54.107	685	1,27
Lauro Muller - SC	13.700	-752	-5,49
Morro da Fumaça - SC	15.426	-377	-2,44
Nova Veneza - SC	12.536	-146	-1,16
Orleans - SC	20.859	-671	-3,22
Siderópolis - SC	12.470	-139	-1,11
Treviso - SC	3.498	212	6,06
Urussanga - SC	18.588	-1.018	-5,48
TOTAL	371.972	2.801	0,75

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos, Contagem da População e Estatísticas do Registro Civil – IBGE

O município de Criciúma detém o maior incremento populacional absoluto, enquanto Forquilha apresenta o maior aumento relativo expresso na TLM, ou seja, 6,12% de sua população em 2007 é oriunda das migrações. O mais importante que deve-se reconhecer é a formação de um aglomerado urbano ao redor de Criciúma,

pautado em sua diversificação econômica baseada na indústria cerâmica, vestuarista e de plásticos descartáveis. Isso se prova pelo fato de que, além de Criciúma, foram os municípios ao seu redor os responsáveis pelo SM positivo da SDR, principalmente Forquilha e Içara.

As SDR's de Braço do Norte e de Tubarão também apresentaram SM positivos. No primeiro caso, os municípios de Braço do Norte e São Ludgero sustentaram esse aumento e estão ligados às atividades agrícolas e agropecuárias, bem como à indústria de alimentos. Na SDR de Tubarão, Sangão é o município que mais recebeu migrantes, destacando-se nas atividades carbonífera e cerâmica.

Nesse contexto, o Sul é uma região economicamente diversificada com uma aglomeração urbana situada ao redor do município de Criciúma. Ademais da SDR de Criciúma, as SDR's de Braço do Norte e Tubarão dão dinâmica própria ao Sul do estado, fazendo com que a região consiga reter os fluxos migratórios oriundos da evasão rural e de seus espaços urbanos menos dinâmicos.

4.3 Algumas Considerações sobre as Migrações Internas em Santa Catarina

Com a apresentação do panorama das migrações internas de Santa Catarina no período 2000/2007 foram pontuados três grandes processos em curso no que tange a dinâmica migratória do estado. Em primeiro lugar, destaca-se a forte expulsão de população nas regiões Oeste e Serrana. Em segundo, uma direção precisa do fluxo com destino ao litoral, principalmente de Florianópolis até o norte do estado. Em terceiro, a metropolização da região de Florianópolis.

A forte evasão da população do Oeste catarinense está condicionada pela falta de perspectiva dos habitantes da pequena propriedade agrícola. Alves (2006) identificou os seguintes elementos explicativos para esta dinâmica: a) os novos parâmetros da relação de integração entre as agroindústrias e pequenos agricultores; b) a restrição existente na política de crédito agrícola; c) a diminuição da rentabilidade dos produtos tipicamente cultivados pela agricultura familiar; e d) a ocorrência de atividades em outras localidades que exercem efeitos de atração sobre a população de trabalhadores rurais.

Uma reflexão que é possível realizar em torno da saída de população da região Serrana é que seus fatores de expulsão são predominantemente ligados aos fatores de estagnação, conforme explicado por Singer (1998). É uma região com o maior nível de

concentração de terras do estado e com a economia em declínio. Isso se nota principalmente na atividade madeireira e na incapacidade de indústria de papel e papelão dinamizar a região, uma vez que emprega pouca força de trabalho e ocupa grandes extensões de terra para o reflorestamento. Mesmo os municípios que tem como base a atividade agrícola e fruticultora em pequenas propriedades, não apresentaram perspectivas para a população, o que também confirma a emissão dos fluxos migratórios.

As regiões que receberam o maior volume de migrantes são justamente aquelas que apresentaram maior crescimento econômico, nível de urbanização e oferta de postos de trabalho. Essa drenagem de força de trabalho em direção aos centros mais dinâmicos é responsável pela constituição de um exército de reserva - seja nos municípios principais, seja naqueles periféricos -, capaz de sustentar a reprodução do capital. Essa insistente dinâmica de concentração econômica e populacional é responsável pela conservação e ampliação das desigualdades que se formaram ao longo da história de Santa Catarina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações internas – de acordo com a perspectiva crítica adotada neste trabalho – são parte dos fatores que constituem a produção/reprodução do homem no tempo e no espaço, estando historicamente ligadas aos processos de industrialização e urbanização. No modo de produção capitalista, como salientou Santos (2003), elas são uma das respostas aos desequilíbrios permanentes existentes entre as diversas regiões e se estabelecem como agravantes desses desequilíbrios – na maioria das vezes em favor das zonas mais evoluídas. Nesse mesmo sentido, Myrdal (1968) diz que: com o livre jogo das forças de mercado, as localidades mais desenvolvidas tendem a drenar os recursos humanos e financeiros para si, estabelecendo processos de contínua decadência ou ascensão entre as regiões.

Também a partir da elaboração teórica de Singer (1998), viu-se que a criação das desigualdades se coloca como principal motor das migrações internas, gerando uma divisão social do trabalho entre o meio rural e o meio urbano e, dentro do segundo, entre centro e periferia. Essa relação subjuga uma localidade a outra, reforçando também um quadro institucional mais desenvolvido nas regiões centrais do sistema – ilustrado pela oferta de subsídios, serviços públicos de infra-estrutura, seguridade social, etc. Nesse ambiente, surgem os fatores de expulsão e atração das localidades, que estão ligados essencialmente à produção de diferenças geográficas (HARVEY, 2004) engendradas, desde uma perspectiva histórica, no tempo e no espaço de cada região.

Nesse contexto, Santa Catarina apresenta fortes desigualdades, as quais são fruto de sua formação histórica peculiar e de sua dinâmica socioeconômica atual. O processo de industrialização e urbanização do estado concentrou em certas regiões a maior parte dos recursos e da oferta de serviços – públicos e privados. Em grande medida, as regiões responsáveis pela maior dinâmica socioeconômica são o Vale do Itajaí, o Norte e a Grande Florianópolis, contrastando com as regiões Oeste e Serrana que se colocam como as áreas de menor dinamismo.

Os grandes movimentos migratórios da história do estado estão ligados, principalmente, à imigração européia, à ocupação do Oeste, e ao esgotamento da ocupação da fronteira agrícola. Na atualidade, os deslocamentos internos que ganharam força foram aqueles ligados à evasão rural e aqueles oriundos do oeste em direção ao leste do estado. De modo geral, as migrações internas têm sua origem em duas grandes

regiões, no Oeste e no Planalto Serrano, e seus destinos são as regiões Norte, o Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis.

As duas regiões que perdem população apresentam fatores de expulsão específicos. O Oeste tem como principal fator o impasse da pequena propriedade agropecuária. Nesse sentido, somam-se os aspectos econômicos, como a restrição ao crédito ou a diminuição da rentabilidade dos produtos agrícolas (ALVES, 2006), às novas relações de produção, que têm como parâmetro a integração entre pequeno produtor e agroindústria. Outra questão relevante é que esta região, ao contrário do que ocorre na região Serrana, apresenta um pólo regional de atração de população – o município de Chapecó – que pode ser considerado um amortecedor da migração direta ao litoral.

No caso da região Serrana, há uma diferença estrutural relevante, que é a concentração fundiária. Evidentemente as principais atividades econômicas da região, a pecuária extensiva e a atividade papelreira, estão baseadas nesse tipo de propriedade. Essas características conferem à população a impossibilidade de permanência na terra, também agravada pela incapacidade dos centros urbanos regionais na retenção da população. Como já foi observado, um caso expressivo disso é o fato de que o município de Lages apresenta um SM negativo, mesmo sendo o município mais importante da região.

Desta maneira, conforma-se em Santa Catarina um fluxo preciso de deslocamento, que parte do interior e vai em direção ao litoral, com forte poder de concentração da população. Isso é confirmado pelos dados apresentados, uma vez que a saída considerável de população das regiões expulsoras culmina em processos de formação de aglomerados urbanos – como os de Joinville, Blumenau e Criciúma – e de uma área metropolitana, situada da Grande Florianópolis.

Também é importante ressaltar que essas regiões concentradoras não são capazes de absorver, em vários aspectos⁴⁵, a totalidade da população migrante. Nesse contexto, ao se considerar também os condicionantes estruturais do capitalismo – como a manutenção de um exército industrial de reserva e da necessidade de concentração do excedente – as regiões receptoras passam a apresentar uma população marginalizada, com pouco acesso aos benefícios atrelados à permanência em um centro receptor. Isso é ilustrado também pelas conseqüências no espaço urbano, como por exemplo, a

⁴⁵ Esses aspectos estão relacionados à inserção do migrante no mercado de trabalho, à ocupação do território, aos serviços de ordem pública e privada, etc.

ocupação desordenada dos arredores da cidade e das áreas de preservação; a segregação espacial urbana; o aumento da pobreza; etc.

Diante desse cenário, observa-se o acirramento de duas grandes tendências, a evasão rural e a litoralização do estado. Observando os dados apresentados, pode-se afirmar que este processo não se esgotará nos próximos anos. O processo de metropolização e a ampliação dos aglomerados urbanos tende a abarcar áreas cada vez maiores, já que o crescimento dos municípios periféricos aos pólos de atração se mantém persistente.

Sob a ótica das regiões expulsoras, o esvaziamento populacional também tende a continuar. Para o arrefecimento desse processo são necessárias alternativas socioeconômicas capazes de viabilizar a permanência da população em sua região de origem. Para o caso do Oeste fica mais clara a direção dessas medidas, que deveriam estar voltadas para a manutenção da pequena propriedade familiar. O caso do Planalto Serrano é mais complexo, já que a região se caracteriza por uma estrutura fundiária concentrada e, ao mesmo tempo, as atividades econômicas predominantes demandam pouca força de trabalho.

Portanto, o estudo das migrações internas em Santa Catarina é de grande relevância para a compreensão de parte da dinâmica demográfica do estado. Essa questão está intrinsecamente ligada à concentração espacial das atividades produtivas e aos pilares que balizam o sistema capitalista de produção. O surgimento de novas espacialidades afirma a complexidade do problema e abre o leque de investigações possíveis dentro desse tema.

Além disso, é fundamental uma pauta de discussão que busque alternativas imediatas para, no mínimo, mitigar os problemas socioeconômicos e ambientais trazidos também pelo processo de concentração e evasão populacional. De modo geral, pensar essas alternativas significa refletir sobre a sustentação de um sistema que se baseia na construção e reconstrução das desigualdades no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A.P. Universidade Federal de Santa Catarina. **O Movimento Demográfico do Oeste Catarinense: um estudo sobre os determinantes econômicos da migração**. Florianópolis, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso - Economia UFSC.

ARANGO, J. Las 'Leyes de las Migraciones' de E. G. Ravenstein, cien años después. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, núm. 32, p. 7-26, 1985

_____. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombras. **Migración e Desarrollo**. n.3, outubro de 2003. Disponível em:<<http://www.migracionydesarrollo.org/>>. Acesso em: outubro de 2007.

BAENINGER, R. A. Redistribución Espacial de la Población: características y tendencias del caso brasileño. **Notas de Población**, Santiago do Chile, n. 65, p. 145-202, 1997.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996. 260p.

BERQUÓ, S. **A Evolução Demográfica Brasileira Durante o século XX**. Texto para discussão, NEPO. UNICAMP. Campinas, 2005.

CAMARANO, A. A.; BELTRAO, K. I. Distribuição Espacial da População Brasileira: Mudanças na Segunda Metade deste Século. **Textos para Discussão**, nº. 766, Rio de Janeiro, p. 1-28, 2000.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Os dados censitários Brasileiros sobre Migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro/RJ, v. 2, n. 15, p. 7-18, 1999.

CORRÊA, R.L. Organização Espacial. In: **Região e Organização Espacial**, 4ed. São Paulo: Ática 1991.

CUNHA, J. M. P. A Migração no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas** (Brasília), v. 22, p. 381-440, 2006.

_____. Redistribuição Espacial da População: tendências e trajetórias. **São Paulo em Perspectiva**, n.17, pp.218-233, 2003.

CUNHA, J.M.P. BAENINGER, R. A. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. **Notas de Población**, Santiago do Chile v. 82, p. 33-67, 2007.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo Nacional 2000. 276p (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991. 195p.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed.rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 473p.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. Migração, Desemprego e Desenvolvimento: análise em dois setores. In MOURA, H. A. (org.) **Migração Interna: textos selecionados**. BNB. Fortaleza, 1980.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo, Edições Loyola, 2004, 382p.

IPARDES. **Dinâmica demográfica recente da Região Sul: anos 70 e 80**. Curitiba: IPARDES, 1997. 180p.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul**. Brasília: IPEA, 2000. v.6, 206p.

MATTEI, L. F.; LINS, H. N. **A Economia Catarinense Rumo ao Século XXI**. Texto para discussão. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Economia. Florianópolis, 2001.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960. 210 p.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. **Textos Para Discussão Ence**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-55, 2003.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: edusp, 2003. 208p.

_____ **O Espaço Dividido**. 2. ed. São Paulo: edusp, 2004. 440p.

SANTOS, S. C. dos. **Nova história de Santa Catarina**. 5. ed.rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 118p.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**, 14^a. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 155pg.

SAUTU, R.; BONIOLO, P.; DALLE, P.; ELBERT, R. **Manual de metodología: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología.** 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 192p.

YAP, L. A Migração Interna e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. In MOURA, H. A. (org.) **Migração Interna: textos selecionados.** BNB. Fortaleza, 1980

ANEXOS

SDR - ARARANGUÁ							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Araranguá - SC	54.706	57.119	0,82	0,62	3916	-1.503	-2,63
Balneário Arroio do Silva - SC	6.043	8.089	0,97	4,25	103	1.943	24,02
Balneário Gaivotas - SC	5.450	7.307	0,55	4,28	150	1.707	23,36
Ermo - SC	2.057	1.843	0,29	-1,56	65	-279	-15,14
Jacinto Machado - SC	10.923	10.738	0,42	-0,24	735	-920	-8,57
Maracajá - SC	5.541	5.909	0,64	0,92	394	-26	-0,44
Meleiro - SC	7.080	6.880	0,45	-0,41	575	-775	-11,26
Morro Grande - SC	2.917	2.727	0,25	-0,96	97	-287	-10,52
Passo de Torres - SC	4.400	5.313	0,17	2,73	426	487	9,17
Praia Grande - SC	7.286	7.120	0,54	-0,33	492	-658	-9,24
Santa Rosa do Sul - SC	7.810	7.949	0,39	0,25	467	-328	-4,13
São João do Sul - SC	6.784	6.916	0,17	0,28	478	-346	-5,00
Sombrio - SC	22.962	24.424	0,69	0,89	2318	-856	-3,50
Timbé do Sul - SC	5.323	5.133	0,32	-0,52	350	-540	-10,52
Turvo - SC	10.887	11.031	0,52	0,19	996	-852	-7,72
TOTAL	160.169	168.498	0,62	0,73	11562	-3.233	-1,92

SDR - BLUMENAU							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Blumenau - SC	261.808	292.972	0,92	1,62	16374	14.790	5,05
Gaspar - SC	46.414	52.428	0,64	1,76	3108	2.906	5,54
Ilhota - SC	10.574	11.552	0,61	1,27	650	328	2,84
Luiz Alves - SC	7.974	8.986	0,27	1,72	625	387	4,31
Pomerode - SC	22.127	25.261	0,85	1,91	965	2.169	8,59
TOTAL	348.897	391.199	0,86	1,65	21722	20.580	5,26

SDR - BRAÇO DO NORTE							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Armazém - SC	6.873	7.312	0,38	0,89	404	35	0,48
Braço do Norte - SC	24.802	27.730	0,72	1,61	2103	825	2,98
Grão Pará - SC	5.817	6.051	0,46	0,57	414	-180	-2,97
Rio Fortuna - SC	4.320	4.468	0,28	0,48	373	-225	-5,04
Santa Rosa de Lima - SC	2.007	2.031	0,21	0,17	74	-50	-2,46
São Ludgero - SC	8.587	10.246	0,70	2,56	749	910	8,88
São Martinho - SC	3.274	3.194	0,27	-0,35	102	-182	-5,70
TOTAL	55 680	61 032	0,57	1,32	4 219	1.133	1,86

SDR - BRUSQUE							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Botuverá - SC	3.756	4.127	0,21	1,35	111	260	6,30
Brusque - SC	76.058	94.962	0,96	3,22	5017	13.887	14,62
Canelinha - SC	9.004	9.696	0,48	1,06	703	-11	-0,11
Guabiruba - SC	12.976	16.095	0,93	3,13	654	2.465	15,32
Major Gercino - SC	3.143	2.842	0,31	-1,43	82	-383	-13,48
Nova Trento - SC	9.852	11.325	0,68	2,01	480	993	8,77
São João Batista - SC	14.861	22.089	0,76	5,83	1279	5.949	26,93
Tijucas - SC	23.499	27.804	0,80	2,43	2158	2.147	7,72
TOTAL	153.149	188.940	0,84	3,05	10.484	25.307	13,39

SDR - CAÇADOR							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Caçador - SC	63.322	67.556	0,88	0,93	7290	-3.056	-4,52
Calmon - SC	3.467	4.012	0,40	2,11	113	432	10,77
Lebon Régis - SC	11.682	11.735	0,60	0,06	1349	-1.296	-11,04
Macieira - SC	1.900	1.760	0,16	-1,09	20	-160	-9,09
Matos Costa - SC	3.204	2.818	0,39	-1,82	239	-625	-22,18
Rio das Antas - SC	6.129	6.054	0,36	-0,18	283	-358	-5,91
Timbó Grande - SC	6.501	6.979	0,43	1,02	816	-338	-4,84
TOTAL	96.205	100.914	0,73	0,69	10.110	-5.401	-5,35

SDR - CAMPOS NOVOS							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Abdon Batista - SC	2.775	2.726	0,26	-0,25	178	-227	-8,33
Brunópolis - SC	3.331	2.934	0,21	-1,80	28	-425	-14,49
Campos Novos - SC	28.729	28.447	0,79	-0,14	2556	-2.838	-9,98
Celso Ramos - SC	2.844	2.671	0,22	-0,89	200	-373	-13,96
Ibiam - SC	1.955	1.987	0,26	0,23	117	-85	-4,28
Monte Carlo - SC	8.579	8.854	0,85	0,45	1329	-1.054	-11,90
Vargem - SC	3.225	3.110	0,20	-0,52	220	-335	-10,77
Zortéa - SC	2.633	2.868	0,78	1,23	65	170	5,93
TOTAL	54071	53597	0,65	-0,13	4693	-5.167	-9,64

SDR - CANOINHAS							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Bela Vista do Toldo - SC	5.721	5.909	0,17	0,46	518	-330	-5,58
Canoinhas - SC	51.631	52.677	0,73	0,29	4064	-3.018	-5,73
Irineópolis - SC	9.734	10.287	0,30	0,79	801	-248	-2,41
Major Vieira - SC	6.906	7.337	0,32	0,87	503	-72	-0,98
Porto União - SC	31.858	32.256	0,83	0,18	2323	-1.925	-5,97
Três Barras - SC	17.124	17.937	0,83	0,66	1537	-724	-4,04
TOTAL	122.974	126.403	0,69	0,39	9.746	-6.317	-5,00

SDR - CHAPECÓ							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Águas Frias - SC	2.525	2.551	0,20	0,15	161	-135	-5,29
Caxambu do Sul - SC	5.263	4.885	0,39	-1,06	236	-614	-12,57
Chapecó - SC	146.967	164.803	0,92	1,65	11473	6.363	3,86
Cordilheira Alta - SC	3.093	3.361	0,10	1,19	87	181	5,39
Coronel Freitas - SC	10.535	10.246	0,43	-0,40	612	-901	-8,79
Guatambú - SC	4.702	4.505	0,21	-0,61	311	-508	-11,28
Nova Erechim - SC	3.543	4.118	0,49	2,17	255	320	7,77
Nova Itaberaba - SC	4.256	4.117	0,10	-0,47	266	-405	-9,84
Planalto Alegre - SC	2.452	2.639	0,30	1,06	133	54	2,05
Serra Alta - SC	3.330	3.200	0,36	-0,57	176	-306	-9,56
Sul Brasil - SC	3.116	3.061	0,24	-0,25	236	-291	-9,51
TOTAL	189782	207486	0,78	1,28	13946	3.758	1,81

SDR - CONCÓRDIA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Alto Bela Vista - SC	2.098	2.021	0,25	-0,53	20	-97	-4,80
Concórdia - SC	63.058	67.249	0,72	0,92	4307	-116	-0,17
Ipira - SC	4.979	4.705	0,44	-0,81	172	-446	-9,48
Irani - SC	8.602	9.313	0,59	1,14	685	26	0,28
Peritiba - SC	3.230	2.944	0,41	-1,32	200	-486	-16,51
Piratuba - SC	5.812	4.570	0,47	-3,38	206	-1.448	-31,68
Presidente Castello Branco - SC	2.160	1.757	0,21	-2,91	53	-456	-25,95
TOTAL	89 939	92 559	0,64	0,41	5 643	-3.023	-3,27

SDR - CRICIÚMA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Cocal do Sul - SC	13.726	14.563	0,83	0,85	835	2	0,01
Criciúma - SC	170.420	185.506	0,90	1,22	11348	3.738	2,02
Forquilha - SC	18.348	20.719	0,79	1,75	1104	1.267	6,12
Içara - SC	48.634	54.107	0,81	1,54	4788	685	1,27
Lauro Muller - SC	13.604	13.700	0,73	0,10	848	-752	-5,49
Morro da Fumaça - SC	14.551	15.426	0,77	0,84	1252	-377	-2,44
Nova Veneza - SC	11.511	12.536	0,63	1,23	1171	-146	-1,16
Orleans - SC	20.031	20.859	0,64	0,58	1499	-671	-3,22
Siderópolis - SC	12.082	12.470	0,75	0,45	527	-139	-1,11
Treviso - SC	3.144	3.498	0,50	1,54	142	212	6,06
Urussanga - SC	18.727	18.588	0,57	-0,11	879	-1.018	-5,48
TOTAL	344.778	371.972	0,81	1,09	24.393	2.801	0,75

SDR - CURITIBANOS							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Curitibanos - SC	36.061	37.493	0,90	0,56	3514	-2.082	-5,55
Frei Rogério - SC	2.971	2.655	0,16	-1,59	222	-538	-20,26
Ponte Alta do Norte - SC	3.221	3.500	0,73	1,19	281	-2	-0,06
Santa Cecília - SC	14.802	15.311	0,78	0,48	1726	-1.217	-7,95
São Cristovão do Sul - SC	4.504	4.850	0,60	1,06	413	-67	-1,38
TOTAL	61.559	63.809	0,81	0,51	6.156	-3.906	-6,12

SDR - DIONÍSIO CERQUEIRA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Anchieta - SC	7.133	6.587	0,34	-1,13	585	-1.131	-17,17
Dionísio Cerqueira - SC	14.250	14.792	0,60	0,53	1113	-571	-3,86
Guarujá do Sul - SC	4.696	4.711	0,48	0,05	210	-195	-4,14
Palma Sola - SC	8.206	7.942	0,39	-0,47	712	-976	-12,29
Princesa - SC	2.613	2.604	0,22	-0,05	64	-73	-2,80
São José do Cedro - SC	13.678	13.699	0,49	0,02	1074	-1.053	-7,69
TOTAL	50.576	50.335	0,47	-0,07	3.758	-3.999	-7,94

SDR - GRANDE FLORIANÓPOLIS							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Águas Mornas - SC	5.390	4.410	0,32	-2,83	217	-1.197	-27,14
Angelina - SC	5.776	5.322	0,18	-1,16	206	-660	-12,40
Anitápolis - SC	3.234	3.175	0,34	-0,26	172	-231	-7,28
Antônio Carlos - SC	6.434	7.087	0,27	1,39	380	273	3,85
Biguaçu - SC	48.077	53.444	0,89	1,52	3292	2.075	3,88
Florianópolis - SC	342.315	396.723	0,97	2,13	22843	31.565	7,96
Governador Celso Ramos - SC	11.598	12.175	0,93	0,70	519	58	0,48
Palhoça - SC	102.742	122.471	0,95	2,54	7460	12.269	10,02
Rancho Queimado - SC	2.637	2.772	0,42	0,72	116	19	0,69
Santo Amaro da Imperatriz - SC	15.708	17.602	0,80	1,64	837	1.057	6,00
São Bonifácio - SC	3.218	3.178	0,21	-0,18	69	-109	-3,43
São José - SC	173.559	196.887	0,99	1,82	12525	10.803	5,49
São Pedro de Alcântara - SC	3.584	4.765	0,58	4,15	63	1.118	23,46
TOTAL	724.272	830.011	0,93	1,97	48.699	57.040	6,87

SDR - IBIRAMA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Apiúna - SC	8.520	10.270	0,42	2,70	608	1.142	11,12
Dona Emma - SC	3.309	3.441	0,41	0,56	258	-126	-3,66
Ibirama - SC	15.802	16.716	0,83	0,81	930	-16	-0,10
José Boiteux - SC	4.594	4.840	0,32	0,75	584	-338	-6,98
Lontras - SC	8.381	9.180	0,63	1,31	513	286	3,12
Presidente Getúlio - SC	12.333	13.651	0,64	1,46	768	550	4,03
Presidente Nereu - SC	2.305	2.259	0,34	-0,29	118	-164	-7,26
Vitor Meireles - SC	5.519	5.563	0,20	0,11	448	-404	-7,26
Witmarsum - SC	3.251	3.431	0,19	0,77	214	-34	-0,99
TOTAL	64.014	69.351	0,55	1,15	4.441	896	1,29

SDR - ITAJAÍ							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Balneário Camboriú - SC	73.455	94.344	1,00	3,64	7003	13.886	14,72
Balneário Piçarras - SC	10.911	13.760	0,79	3,37	614	2.235	16,24
Bombinhas - SC	8.716	12.456	1,00	5,23	893	2.847	22,86
Camboriú - SC	41.445	53.388	0,95	3,68	3878	8.065	15,11
Itajaí - SC	147.494	163.218	0,96	1,46	9234	6.490	3,98
Itapema - SC	25.869	33.766	0,96	3,88	2392	5.505	16,30
Navegantes - SC	39.317	52.638	0,93	4,26	3865	9.456	17,96
Penha - SC	17.678	20.868	0,90	2,40	964	2.226	10,67
Porto Belo - SC	10.704	13.232	0,93	3,08	832	1.696	12,82
TOTAL	375.589	457.670	0,96	2,86	29.675	52.406	11,45

SDR - ITAPIRANGA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Iporã do Oeste - SC	7.877	8.091	0,36	0,38	482	-268	-3,31
Itapiranga - SC	13.998	15.238	0,38	1,22	1129	111	0,73
Santa Helena - SC	2.588	2.437	0,29	-0,86	57	-208	-8,54
São João do Oeste - SC	4.777	4.650	0,25	-0,38	205	-332	-7,14
Tunápolis - SC	5.789	6.020	0,25	0,56	309	-78	-1,30
TOTAL	35 029	36 436	0,33	0,56	2 182	-775	-2,13

SDR - ITUPORANGA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Alfredo Wagner - SC	8.857	9.754	0,28	1,39	733	164	1,68
Atalanta - SC	3.429	3.317	0,33	-0,47	180	-292	-8,80
Aurora - SC	5.474	5.399	0,27	-0,20	367	-442	-8,19
Chapadão do Lageado - SC	2.561	2.749	0,11	1,02	213	-25	-0,91
Imbuia - SC	5.246	5.501	0,37	0,68	536	-281	-5,11
Ituporanga - SC	19.492	20.577	0,60	0,78	1903	-818	-3,98
Leoberto Leal - SC	3.739	3.589	0,12	-0,58	311	-461	-12,84
Petrolândia - SC	6.406	6.064	0,28	-0,78	396	-738	-12,17
Vidal Ramos - SC	6.279	5.981	0,24	-0,69	508	-806	-13,48
TOTAL	61.483	62.931	0,37	0,33	5.147	-3.699	-5,88

SDR - JARAGUÁ DO SUL							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Corupá - SC	11.847	12.758	0,74	1,06	675	236	1,85
Guaramirim - SC	23.794	29.932	0,80	3,33	2456	3.682	12,30
Jaraguá do Sul - SC	108.489	129.973	0,89	2,61	8006	13.478	10,37
Massaranduba - SC	12.562	13.777	0,37	1,33	734	481	3,49
Schroeder - SC	10.811	12.776	0,87	2,41	762	1.203	9,42
TOTAL	167.503	199.216	0,82	2,51	12.633	19.080	9,58

SDR - JOAÇABA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Água Doce - SC	6.843	6.756	0,46	-0,18	483	-570	-8,44
Capinzal - SC	19.955	18.465	0,77	-1,10	2023	-3.513	-19,03
Catanduvas - SC	8.291	8.733	0,64	0,74	846	-404	-4,63
Ercal Velho - SC	4.269	4.098	0,51	-0,58	190	-361	-8,81
Herval d'Oeste - SC	20.044	18.942	0,86	-0,80	1453	-2.555	-13,49
Ibicaré - SC	3.587	3.390	0,35	-0,80	153	-350	-10,32
Jaborá - SC	4194	4032	0,32	-0,56	176	-338	-8,38
Joaçaba - SC	24.066	24.435	0,90	0,22	1212	-843	-3,45
Lacerdópolis - SC	2.173	2.190	0,45	0,11	109	-92	-4,20
Luzerna - SC	5.572	5.391	0,71	-0,47	169	-350	-6,49
Ouro - SC	7.419	7.095	0,56	-0,64	393	-717	-10,11
Treze Tílias - SC	4.840	5.641	0,60	2,21	338	463	8,21
Vargem Bonita - SC	5.158	4.321	0,43	-2,50	441	-1.278	-29,58
TOTAL	116.411	113.489	0,70	-0,36	7.986	-10.908	-9,61

SDR - JOINVILLE							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Araquari - SC	23.645	21.278	0,93	-1,50	735	-3.102	-14,58
Balneário Barra do Sul - SC	6.045	7.278	1,00	2,69	372	861	11,83
Barra Velha - SC	15.530	18.575	0,94	2,59	1080	1.965	10,58
Garuva - SC	11.378	13.393	0,73	2,36	1087	928	6,93
Itapoá - SC	8.839	10.719	0,93	2,79	595	1.285	11,99
Joinville - SC	429.604	487.003	0,97	1,81	35688	21.711	4,46
São Francisco do Sul - SC	32.301	37.613	0,93	2,20	2423	2.889	7,68
São João do Itaperiú - SC	3.161	3.289	0,46	0,57	204	-76	-2,31
TOTAL	530.503	599.148	0,95	1,75	42.184	26.461	4,42

SDR - LAGES							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Anita Garibaldi - SC	10.273	9.141	0,41	-1,65	649	-1.781	-19,48
Bocaina do Sul - SC	2.980	3.047	2,92	0,32	167	-100	-3,28
Campo Belo do Sul - SC	8.051	7.968	0,55	-0,15	427	-510	-6,40
Capão Alto - SC	3.020	3.210	0,20	0,88	86	104	3,24
Cerro Negro - SC	4.098	3.948	0,07	-0,53	304	-454	-11,50
Correia Pinto - SC	17.026	14.838	0,71	-1,95	1153	-3.341	-22,52
Lages - SC	157.682	161.583	0,97	0,35	10239	-6.338	-3,92
Otaçílio Costa - SC	13.993	15.693	0,92	1,65	1259	441	2,81
Painel - SC	2.384	2.297	0,35	-0,53	111	-198	-8,62
Palmeira - SC	2.133	2.334	0,36	1,29	56	145	6,21
Ponte Alta - SC	5.168	5.080	0,73	-0,25	503	-591	-11,63
São José do Cerrito - SC	10.393	10.304	0,21	-0,12	556	-645	-6,26
TOTAL	237.201	239.443	0,86	0,13	15.510	-13.268	-5,54

SDR - LAGUNA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Garopaba - SC	13.164	16.399	0,81	3,19	925	2.310	14,09
Imaruí - SC	13.404	11.675	0,29	-1,95	420	-2.149	-18,41
Imbituba - SC	35.700	36.231	0,97	0,21	1999	-1.468	-4,05
Laguna - SC	47.568	50.179	0,78	0,77	2437	174	0,35
Paulo Lopes - SC	5.924	6.830	0,60	2,05	337	569	8,33
TOTAL	115.760	121.314	0,78	0,67	6.118	-564	-0,46

SDR - MAFRA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Campo Alegre - SC	11.634	11.391	0,59	-0,30	693	-936	-8,22
Itaiópolis - SC	19.086	19.752	0,46	0,49	1623	-957	-4,85
Mafra - SC	49.940	51.014	0,76	0,30	3586	-2.512	-4,92
Monte Castelo - SC	8.350	8.113	0,55	-0,41	647	-884	-10,90
Papanduva - SC	16.822	17.056	0,47	0,20	1624	-1.390	-8,15
Rio Negrinho - SC	37.707	42.237	0,87	1,63	4206	324	0,77
São Bento do Sul - SC	65.437	72.548	0,94	1,48	6576	535	0,74
TOTAL	208.976	222.111	0,77	0,87	18.955	-5.820	-2,62

SDR - MARAVILHA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Bom Jesus do Oeste - SC	2.150	2.026	0,17	-0,85	139	-263	-12,98
Flor do Sertão - SC	1.612	1.640	0,12	0,25	116	-88	-5,37
Iraceminha - SC	4.592	4.261	0,27	-1,06	297	-628	-14,74
Maravilha - SC	18.521	21.684	0,77	2,28	1160	2.003	9,24
Modelo - SC	3.930	3.772	0,56	-0,58	209	-367	-9,73
Pinhalzinho - SC	12.356	14.691	0,75	2,50	1129	1.206	8,21
Romelândia - SC	6.491	5.738	0,33	-1,75	402	-1.155	-20,13
Saltinho - SC	4.196	4.072	0,21	-0,43	121	-245	-6,02
Santa Terezinha do Progresso - SC	3.416	3.044	0,12	-1,63	85	-457	-15,01
São Miguel da Boa Vista - SC	2.018	1.972	0,16	-0,33	140	-186	-9,43
Saudades - SC	8.324	8.587	0,35	0,45	503	-240	-2,79
Tigrinhos - SC	1.878	1.741	0,11	-1,08	158	-295	-16,94
TOTAL	69484	73228	0,50	0,75	4459	-715	-0,98

SDR - PALMITOS							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Águas de Chapecó - SC	5.782	6.086	0,38	0,73	397	-93	-1,53
Caíbi - SC	6.354	6.217	0,48	-0,31	318	-455	-7,32
Cunha Porã - SC	10.229	10.638	0,52	0,56	404	5	0,05
Cunhataí - SC	1.822	1.874	0,18	0,40	30	22	1,17
Mondaí - SC	8.728	9.126	0,46	0,64	436	-38	-0,42
Palmitos - SC	16.034	16.061	0,50	0,02	699	-672	-4,18
Riqueza - SC	5.166	4.998	0,25	-0,47	393	-561	-11,22
São Carlos - SC	9.364	10.372	0,57	1,47	321	687	6,62
TOTAL	63.479	65.372	0,47	0,42	2.998	-1.105	-1,69

SDR - QUILOMBO							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Formosa do Sul - SC	2.725	2.620	0,33	-0,56	45	-150	-5,73
Irati - SC	2.202	2.025	0,19	-1,19	141	-318	-15,70
Jardinópolis - SC	1.994	1.851	0,41	-1,06	28	-171	-9,24
Quilombo - SC	10.736	10.871	0,44	0,18	934	-799	-7,35
Santiago do Sul - SC	1.696	1.450	0,31	-2,21	30	-276	-19,03
União do Oeste - SC	3.391	3.058	0,29	-1,47	290	-623	-20,37
TOTAL	22 744	21 875	0,37	-0,55	1 468	-2.337	-10,68

SDR - RIO DO SUL							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Agrolândia - SC	7.810	9.080	0,59	2,18	566	704	7,75
Agronômica - SC	4.257	4.677	0,20	1,35	199	221	4,73
Braço do Trombudo - SC	3.187	3.288	0,22	0,45	148	-47	-1,43
Laurentino - SC	5.062	5.483	0,64	1,15	253	168	3,06
Rio do Oeste - SC	6.730	6.795	0,39	0,14	269	-204	-3,00
Rio do Sul - SC	51.650	56.919	0,94	1,40	2870	2.399	4,21
Trombudo Central - SC	5.795	6.221	0,54	1,02	367	59	0,95
TOTAL	84.491	92.463	0,75	1,30	4.672	3.300	3,57

SDR - SÃO JOAQUIM							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Bom Jardim da Serra - SC	4.079	4.214	0,52	0,47	217	-82	-1,95
Bom Retiro - SC	7.967	8.258	0,67	0,51	862	-571	-6,91
Rio Rufino - SC	2.414	2.433	0,23	0,11	203	-184	-7,56
São Joaquim - SC	22.836	24.058	0,71	0,75	1772	-550	-2,29
Urubici - SC	10.252	10.439	0,65	0,26	689	-502	-4,81
Urupema - SC	2.527	2.501	0,47	-0,15	156	-182	-7,28
TOTAL	50.075	51.903	0,64	0,51	3.899	-2.071	-3,99

SDR - SEARA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Arabutã - SC	4.160	3.962	0,23	-0,69	70	-268	-6,76
Arvoredo - SC	2.305	2.193	0,18	-0,71	137	-249	-11,35
Ipumirim - SC	6.907	7.118	0,36	0,43	420	-209	-2,94
Itá - SC	6.764	6.417	0,51	-0,75	373	-720	-11,22
Lindóia do Sul - SC	4.877	4.560	0,27	-0,96	248	-565	-12,39
Paial - SC	2.052	1.821	0,13	-1,69	117	-348	-19,11
Seara - SC	16.484	17.121	0,62	0,54	1127	-490	-2,86
Xavantina - SC	4.404	4.218	0,21	-0,61	207	-393	-9,32
TOTAL	47 953	47 410	0,42	-0,16	2 699	-3.242	-6,84

SDR - SÃO LOURENÇO D'OESTE							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Campo Erê - SC	10.353	9.590	0,56	-1,09	1443	-2.206	-23,00
Coronel Martins - SC	2.388	2.481	0,19	0,55	212	-119	-4,80
Galvão - SC	4.235	3.493	0,59	-2,71	242	-984	-28,17
Jupiá - SC	2.220	2.134	0,30	-0,56	144	-230	-10,78
Novo Horizonte - SC	3.101	2.902	0,23	-0,94	179	-378	-13,03
São Bernardino - SC	3.140	2.653	0,83	-2,38	48	-535	-20,17
São Lourenço do Oeste - SC	19.647	21.799	0,68	1,50	1899	253	1,16
TOTAL	45.084	45.052	0,58	-0,01	4.167	-4.199	-9,32

SDR - SÃO MIGUEL D'OESTE							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Bandeirante - SC	3.177	3.028	0,08	-0,68	66	-215	-7,10
Barra Bonita - SC	2.118	2.064	0,12	-0,37	37	-91	-4,41
Belmonte - SC	2.588	2.681	0,37	0,51	50	43	1,60
Descanso - SC	9.129	8.705	0,43	-0,68	606	-1.030	-11,83
Guaraciaba - SC	11.038	10.604	0,40	-0,57	489	-923	-8,70
Paraíso - SC	4.796	4.195	0,27	-1,89	79	-680	-16,21
São Miguel D'Oeste - SC	32.324	33.806	0,85	0,64	2101	-619	-1,83
TOTAL	65 170	65 083	0,59	-0,02	3 428	-3.515	-5,40

SDR - TAIÓ							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Mirim Doce - SC	2.753	2.545	0,42	-1,12	176	-384	-15,09
Pouso Redondo - SC	12.203	13.722	0,52	1,69	981	538	3,92
Rio do Campo - SC	6.522	6.042	0,35	-1,09	473	-953	-15,77
Salete - SC	7.163	7.432	0,64	0,53	557	-288	-3,88
Santa Terezinha - SC	8.840	9.025	0,13	0,30	580	-395	-4,38
Taió - SC	16.257	16.838	0,49	0,50	1176	-595	-3,53
TOTAL	53 738	55 604	0,44	0,49	3 943	-2.077	-3,74

SDR - TIMBÓ							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Benedito Novo - SC	9.071	9.841	0,54	1,17	371	399	4,05
Doutor Pedrinho - SC	3.082	3.280	0,54	0,89	443	-245	-7,47
Indaial - SC	40.194	47.686	0,95	2,47	159	7.333	15,38
Rio dos Cedros - SC	8.939	9.685	0,42	1,15	3346	-2.600	-26,85
Rodeio - SC	10.380	10.773	0,85	0,53	233	160	1,49
Timbó - SC	29.358	33.326	0,91	1,83	267	3.701	11,11
Ascurra - SC	6.934	6.761	0,88	-0,36	1748	-1.921	-28,41
TOTAL	107 958	121 352	0,84	1,68	6 567	6.827	5,63

SDR - TUBARÃO							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Capivari de Baixo - SC	18.561	20.064	0,94	1,12	1285	218	1,09
Gravatal - SC	10.799	10.510	0,36	-0,39	515	-804	-7,65
Jaguaruna - SC	14.613	15.668	0,70	1,00	800	255	1,63
Pedras Grandes - SC	4.921	4.817	0,18	-0,30	181	-285	-5,92
Sangão - SC	8.128	10.300	0,45	3,44	749	1.423	13,82
Treze de Maio - SC	6.716	6.599	0,26	-0,25	290	-407	-6,17
Tubarão - SC	88.470	92.569	0,79	0,65	4102	-3	0,00
TOTAL	152.208	160.527	0,71	0,76	7.922	397	0,25

SDR - VIDEIRA							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Arroio Trinta - SC	3.490	3.516	0,60	0,11	164	-138	-3,92
Fraiburgo - SC	32.948	34.889	0,84	0,82	3824	-1.883	-5,40
Iomerê - SC	2.553	2.558	0,27	0,03	88	-83	-3,24
Pinheiro Preto - SC	2.729	2.912	0,42	0,93	153	30	1,03
Salto Veloso - SC	3.910	4.172	0,72	0,93	298	-36	-0,86
Tangará - SC	8.754	8.410	0,48	-0,57	422	-766	-9,11
Videira - SC	41.589	44.479	0,86	0,96	3672	-782	-1,76
TOTAL	95.973	100.936	0,78	0,72	8.621	-3.658	-3,62

SDR - XANXERÊ							
SDR Municípios	Pop 00	Pop 07	Grau de Urb 00	Tx cresc. Anual	Nasc-Mrts	SM	TLM
Abelardo Luz - SC	16.440	16.374	0,44	-0,06	1802	-1.868	-11,41
Bom Jesus - SC	2.046	2.296	0,48	1,66	0	250	10,89
Entre Rios - SC	2.857	2.979	0,26	0,60	136	-14	-0,47
Faxinal dos Guedes - SC	10.767	10.339	0,65	-0,58	888	-1.316	-12,73
Ipuacu - SC	6.122	6.566	0,16	1,01	432	12	0,18
Lajeado Grande - SC	1.572	1.461	0,30	-1,04	25	-136	-9,31
Marema - SC	2.651	2.282	0,35	-2,12	121	-490	-21,47
Ouro Verde - SC	2.352	2.152	0,27	-1,26	121	-321	-14,92
Passos Maia - SC	4.763	4.472	0,16	-0,90	452	-743	-16,61
Ponte Serrada - SC	10.561	11.210	0,68	0,86	1011	-362	-3,23
São Domingos - SC	9.540	9.346	0,57	-0,29	608	-802	-8,58
Vargeão - SC	3.526	3.560	0,39	0,14	283	-249	-6,99
Xanxerê - SC	37.429	40.228	0,87	1,04	3312	-513	-1,28
Xaxim - SC	22.857	24.318	0,70	0,89	1847	-386	-1,59
TOTAL	133.483	137.583	0,62	0,43	11.038	-6.938	-5,04